

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia
Empresarial (PPGDEE)

Ana Paula de Jesus Santos

**A Transferência de Renda como estratégia de redução da pobreza e
melhoria da qualidade de vida:
Análise a partir dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no
Município de Itinga**

Dissertação de Mestrado

Montes Claros
06/2018

Montes Claros – MG
06/2018
Ana Paula de Jesus Santos

A Transferência de Renda como estratégia de redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida:

Análise a partir dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Itinga.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDDE), da Universidade Estadual de Montes Claros, como exigência para conclusão do mestrado profissional.

Orientadora: Dr. Luciana Maria Cordeiro

**Montes Claros – MG
06/2018
Ana Paula de Jesus Santos**

**A Transferência de Renda como estratégia de redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida:
Análise a partir dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Itinga.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial (PPGDEE), da Universidade Estadual de Montes Claros, como exigência para conclusão do mestrado profissional.

**Orientadora: Profa. Dra. Luciana Maria Cordeiro.
(Orientadora- Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes).**

**Coorientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Rocha Maia.
(Orientadora- Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes).**

**Montes Claros – MG
06/2018.**

S237t

Santos, Ana Paula de Jesus.

A transferência de renda como estratégia de redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida [manuscrito] : análise a partir dos beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Itinga / Ana Paula de Jesus Santos. – Montes Claros, 2018.

102 f. : il.

Bibliografia: f. 96-101.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -

Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e

Estratégia Empresarial/PPGDE, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Maria Cordeiro.

Coorientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Rocha Maia.

1. Qualidade de vida. 2. Renda. 3. Pobreza. 4. Transferência de renda. 5. Grupos de Oportunidade Local (GOLDS). 6. Programa Bolsa Família. I. Cordeiro, Luciana Maria. II. Maia, Maria de Fátima Rocha. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Análise a partir dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Itinga.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

Agradecimentos

A Deus, Pai de Eterna Bondade, a quem me deu a vida e a alegria de chegar até aqui, conquistar o conhecimento adquirido até o momento, a satisfação de compartilhar com outras pessoas a alegria de viver. A ele, minha eterna gratidão e reconhecimento.

A toda a minha família, em especial meus pais, que sempre me incentivaram a seguir em frente me fortalecendo com amor e seus ensinamentos.

Gratidão aos mestres pelo apoio e incentivo, que através de suas lições me passaram todo o conhecimento adquirido, confiando sempre no meu potencial. Em especial, à minha Orientadora Dra. Luciana Maria Cordeiro, que sempre me orientou durante esta árdua caminhada, impulsionando na busca pelo conhecimento, pela essência que dá vida e forma a ciência, acreditando no poder do conhecimento como forma de transformação.

A minha Coorientadora, Dr. Maria de Fatima Rocha Maia, pelos apontamentos, pelas correções ao longo de toda a pesquisa, contribuindo para o enriquecimento da mesma, e o meu empoderamento enquanto profissional.

Aos meus amigos, que acompanharam toda a minha caminhada, me dando incentivo e dizendo palavras de elogio e motivação.

Aos meus colegas de classe, pela rica troca de experiências.

RESUMO

Esta dissertação aborda a transferência de renda como estratégia de redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, através da ação coletiva local, denominada como Grupos de Oportunidade Local (GOLDs), pertencentes ao Município de Itinga, em Minas Gerais. Neste contexto, buscou-se, identificar se a inserção no Programa Bolsa Família (PBF) tem contribuído para o desenvolvimento de processos sociais e econômicos junto aos seus beneficiários, fortalecendo a potencialização da renda e, conseqüentemente, ações de desenvolvimento comunitário. Em direção a essa temática, traz a análise histórica e conceitual sobre o termo pobreza e ações para seu enfrentamento. A partir daí, surge a necessidade da discussão sobre políticas públicas que vêm ao encontro da temática pobreza e melhoria de qualidade de vida. Neste âmbito, discorre sobre os Programas de Transferência de Renda, em como uma ação que deve ser realizada coletivamente por seus potenciais beneficiários para viabilizar custos associados que individualmente seria impossível realiza-la, os instrumentos de ação pública que contribui para a geração de renda e melhoria na qualidade de vida dos beneficiários. O estudo baseia-se, ainda, em autores como Roseau, Ribeiro, Sprandel, Rocha, Valladares, Souza, Mead, Peters, Dye, Demo, Sen, Lavinhas e Varssano, Stein. Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar o comportamento dos beneficiários do PBF que compõem os GOLDs, através da Organização Comunitária no município de Itinga, tendo em vista a potencialização da renda e sua contribuição para o desenvolvimento local comunitário. Para o alcance do objetivo proposto, utilizou-se de metodologia baseada em investigação empírica, utilizando como instrumento um estudo de caso entre os beneficiários do PBF e integrantes dos GOLDs. Após pesquisa em bibliografia pertinente e em campo, pode-se perceber que o PBF, associado a uma política de ação indireta, com base na poupança comunitária contribui para que as pessoas tenham melhores condições de vida no aspecto socioeconômico ajudando os beneficiários participantes dos GOLDs a superarem suas necessidades emergenciais.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Renda. Pobreza. Transferência de renda. Grupos de Oportunidade Local (GOLDs). Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This dissertation addresses the transfer of income as a strategy to reduce poverty and improve the quality of life of its beneficiaries, through local collective action, called Local Opportunity Groups (GOLDs), belonging to the Municipality of Itinga, Minas Gerais. In this context, it was sought to identify if the inclusion in the Bolsa Familia Program (BFP) has contributed to the development of social and economic processes with its beneficiaries, strengthening the increase of income and, consequently, community development actions. Toward this theme, it brings the historical and conceptual analysis on the term poverty and actions for its confrontation. From that point on, the need arises for the discussion of public policies that meet the theme of poverty and improvement of quality of life. In this context, it discusses the Income Transfer Programs, as well as an action that must be carried out collectively by its potential beneficiaries aiming to reduce their costs. The study is also based on authors such as Roseau, Ribeiro, Sprandel, Rocha, Valladares, Souza, Mead, Peters, Dye, Demo, Sen, Lavinias and Varssano, Stein. Thus, the objective of this research is to analyze the behavior of the beneficiaries of the PBF that compose the GOLDs, through the Community Organization in the municipality of Itinga, in order to increase income and contribute to local community development. In order to reach the proposed objective, a methodology based on empirical research was used, using as a tool a case study between the beneficiaries of the PBF and members of the GOLDs. After research on pertinent literature and in the field, it can be seen that the PBF, coupled with an indirect policy of action, based on community savings contributes to people having better socioeconomic living conditions by helping beneficiaries participating in the GOLDs to overcome their emergency needs.

Keywords: Quality of life. Income. Poverty. Transfer of income. Local Opportunity Groups (GOLDs). Family Grant Program.

Lista de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1 – Numero médio de famílias beneficiários do PSB-Itinga anos 2007 a 2016.

Gráfico 2-Cobertura do Programa Bolsa Familia no município de Itinga

Gráfico 3- Produto Interno Bruto (PIB) - Itinga 2014

Gráfico 4 - Distribuição do PIB de acordo com setores no Município de Itinga

Gráfico 5- PIB para os anos de 2010 a 2013-Itinga, Minas Gerais e Brasil.

Gráfico 6 - Índice de Desenvolvimento Humano-IDH Itinga, Minas Gerais e Brasil.

Gráfico 7 - Rendimento Domiciliar Per Capita 2010 Itinga

Gráfico 8 - População residente por situação do domicilio e sexo 2010

Gráfico 9 - Educação - Matrículas por nível ano 2015

Gráfico 10 -População residente por grupo de idade 2010

Gráfico 11-População residente e domicilios 1980 - 2010

Gráfico 12 - Taxa de Mortalidade Infantil 2008 - 2014

Gráfico 13 - Caracterização dos Beneficiários GOLDs e não GOLDs ano 2017.

Gráfico 14 - Numero de membros das familias BF e GOLDs ano 2017.

Gráfico 15: Percentual de quartos nas moradas de beneficiarios GOLDs e BF ano 2017.

Gráfico 16: Comodos por residencia de beneficiarios GOLDs e BF ano 2017.

Gráfico 17: Tipos de materiais das casas de GOLDs e BF ano 2017.

Gráfico 18: Material do Piso em residencia de GOLDs e BF ano 2017.

Gráfico 19: Percentual de familias GOLDs e BF com agua encanada em residencia ano 2017.

Gráfico 20: Percentual de famlias GOLDs e BF com banheiro em residencia ano 2017.

Gráfico 21:Procedimento de coleta de lixo entre beneficiarios GOLDs e BF ano 2017.

Gráfico 22:Condição de Iluminação publica dos GOLDs e beneficiarios BF ano 2017.

Gráfico 23:Classificação de escolaridade de GOLDs e BF ano 2017.

Tabela 1: Evolução do Programa Bolsa Familia período 2003 a 2013.

Tabela 2:Evolução do Programa Bolsa família na economia brasileira-Período de 2003 a 2013.

Tabela 3: Tabela de crescimento anual da população do restante de Minas Gerais e da região do Jequitinhonha. Totais populacionais e participação relativa da região do Jequitinhonha no período de 1920-1996.

Tabela 4: Síntese dos indicadores sócio demográficos-Minas Gerais/Vale do Jequitinhonha

Tabela 5: Renda Percapta Média (R\$) e coeficiente de Gini-Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha

Tabela 6: Variáveis utilizadas na Análise Empírica

Tabela 7: Caracterização dos Golds BF, Golds não BF e BF não Golds.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	15
Uma análise histórica e conceitual sobre o termo Pobreza	15
1.1.Pobreza: uma abordagem teórica conceitual.....	15
1.2. Pobreza:entre a naturalidade e a determinação	19
1.3. Pobreza sob 2 aspectos:unidimensional e multidimensional	21
1.4.Evidências sobre pobreza no Brasil.....	24
1.5.Ações de enfrentamento da pobreza.....	25
CAPÍTULO 2	26
Políticas Públicas no Brasil e enfrentamento à pobreza	26
2.1. Programas de Transferência de Renda.....	29
2.2. Evolução do Programa Bolsa Família no Brasil.....	32
2.2.1. Caracterização do Programa de Transferência de Renda - Bolsa Família.....	35
2.3. A trajetoria do Programa Bolsa Família no Município de Itinga.....	38
2.4 Desenvolvimento Economico do Vale do Jequitinhonha.....	40
2.4.1.A caracterização demoggrfica do Vale do Jequitinhonha.....	41
2.4.2. Os indicadores socio economicos.....	43
2.5.Grupos de Oportunidade Locais-GOLDS.....	45
2.5.1. Redes de Desenvolvimento e Grupos de Oportunidades Locais (GOLDS).....	45
2.6.Desenvolvimento Local Comunitário.....	47
2.6.1.Ações Praticas Comunitárias.	47
2.6.2.Poupança Comunitária.....	49
CAPÍTULO 3	51
Caracterização do Município de Itinga - Estudo de Caso	51
3.1. Perfil Socioeconômico do Município de Itinga	52
3.1.1. Aspecto Econômico.....	52
3.1.2. Aspectos Sociais	57
3.2. Procedimentos metodológicos do estudo de caso sobre a evolução dos programas de transferência de renda e GOLDS no município de Itinga.....	61
3.2.1. Método de análise dos dados referentes à pesquisa de campo.....	61
3.3. Caracterização do estudo.....	63
3.4. Universo e amostra	64

3.5. Descrição das variáveis de análise.....	66
CAPÍTULO 4	70
Caracterização da Amostra de Pesquisa para beneficiários do Bolsa Família e Grupos GOLDS	70
4.1 Dados Gerais	70
4.1.1. Caracterização dos Beneficiários GOLDS e não GOLDS	71
4.1.2. Condições de Moradia.....	73
4.1.3. Água Encanada, Saneamento básico e Coleta de Lixo.....	78
4.1.4. Iluminação e Educação.....	82
4.2. Análise de Associação dos resultados observados na pesquisa	86
4.2.1 Teste de Associação:relação entre Bolsa Família e GOLDS.....	86
4.2.2. Análise e interpretação das medidas de associação entre variáveis nominais	87
4.2.3. Análise dos dados observados	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS:.....	96

INTRODUÇÃO

As alterações nos padrões de produção, na esfera do Estado e da sociedade civil repercutem, na contemporaneidade, em novas mediações históricas das expressões da questão social bem como das formas de seu enfrentamento.

No atual cenário da sociedade brasileira, verifica-se a existência de diversas políticas que vem ao encontro de reduzir as diferenças sociais causadas pelo capitalismo, servindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

Dentro desta temática surge diversos programas de assistência social, em atenção se destaca o Programa de Transferência de renda Bolsa Família. O mesmo tem como objetivo garantir subsídios a famílias de baixa renda para superarem situações de pobreza e extrema pobreza. O Programa Bolsa Família atende a mais de 11 milhões de famílias em todo o Brasil. (Froza, 2010).

O Programa Bolsa família foi instituído pelo Governo federal para dar suporte as famílias de baixa renda para garantir direito a alimentação, saúde e educação. Consiste na transferência de renda mensal do governo federal as famílias cadastradas que se encontram dentro dos critérios de inclusão para este programa. (Froza, 2010).

O Programa Bolsa Família apresenta como objetivo central a independência das famílias, apresentando como meta de longo prazo o desenvolvimento de políticas e programas que visam auxiliar as famílias beneficiárias a alcançarem seus próprios meios de sustento, reduzindo assim a dependência dos recursos transferidos pelo Governo a famílias de baixa renda. (Froza, 2010).

No entanto, há poucas propostas que vêm ao encontro da efetivação da independência financeira das famílias beneficiárias. No cotidiano dessas famílias há pouca visibilidade na promoção de geração de emprego e renda para os beneficiários, o que acaba inviabilizando o Programa diante da sociedade.

Contudo, ainda que alguns avanços tenham sido observados com o advento do Programa Bolsa Família, não se pode esquecer que o seu principal objetivo é a

autonomia da família na sua manutenção econômica e social. Essa autonomia é entendida como parte da emancipação da família que se organiza e se auto-sustenta, sem a necessidade da intervenção do governo e de entidades no auxílio e controle de suas funções.

Os Índices de desenvolvimento social, divulgados pela Fundação Getulio Vargas, concretizam que o Bolsa Família vem possibilitando a melhoria da situação de muitas famílias(FGV,2008). É importante ressaltar a interferência das condicionalidades nas áreas de Educação e Saúde dentro deste programa.

A família deve ser responsável pela geração de sua própria renda, o programa bolsa família deve auxiliar essas famílias a conquistarem sua independência financeira.Quando se tem autonomia, independência, emancipação, se pode dizer que há capacidade dessas famílias gerarem sua própria vida e de seus dependentes.

Neste contexto, buscou-se com esta pesquisa, analisar se a inserção no programa Bolsa Família tem contribuído para o desenvolvimento de processos sociais e econômicos junto aos seus beneficiários, fortalecendo a potencialização da renda e, conseqüentemente, ações de desenvolvimento comunitário.

Foi feita uma investigação junto aos beneficiários do Programa Bolsa Família no Município de Itinga. Dentre esses beneficiários, se destacam os pertencentes aos Grupos de Oportunidade Local(GOLDs), objeto de estudo dessa pesquisa.Neste Município é expressiva a situação de vulnerabilidade social de forma que grande parte dos usuários dos serviços oferecidos são beneficiados pelo Bolsa-Família.

Esta pesquisa procura caracterizar e investigar os Grupos de Oportunidade Local(GOLDs), mostrando sua importância para os beneficiários do Programa Bolsa Família conquistarem maior autonomia socioeconômica e emancipação social.

Preende-se, também, analisar se houve melhorias de qualidade de vida dos beneficiários do Programa Bolsa Família a partir de sua inserção em Grupos de Oportunidade Local.

No sentido de que possa avançar propondo alternativas que incidam no desenvolvimento e execução de atividades que promovam os sujeitos a uma situação de maior autonomia socioeconômica e emancipação social, buscam-se soluções mais eficazes para a diminuição das desigualdades sociais.

Os processos de avaliação de políticas sociais neste sentido podem contribuir para ampliar a visibilidade sobre o alcance social dos programas a elas vinculados.

A avaliação de Programas, segundo Silva (2001, p. 8): “[...] preconiza uma perspectiva que se centra nos impactos da política social como política redistributiva e de efetivação de direitos de cidadania na relação estado/sociedade”.

Logo a mesma deve ir além do que é proposto pelo programa, deve estabelecer relações de conjecturas com o individuo fazendo com o que mesmo se interage com o programa.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o comportamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família que compõem os Grupos de Oportunidades Locais e Desenvolvimentos, através da Organização Comunitária no município de Itinga, tendo em vista a potencialização da Renda e sua contribuição para o Desenvolvimento Local Comunitário.

Os objetivos específicos, em consonância com o objetivo geral, foram assim estabelecidos: i) Realizar um levantamento dos beneficiários do bolsa família em Itinga; ii) Verificar quais os beneficiários do Bolsa Família compõem os Grupos de Oportunidade Locais; iii) Levantar dados contemplando variáveis econômicas e sociais de Itinga; iv) Identificar os Grupos de Oportunidade Locais (GOLDS); v) Identificar a situação de melhoria dos membros componentes dos Grupos de Oportunidades Locais, beneficiários ou não do Programa Bolsa Família; vi) Comparar os possíveis efeitos econômicos e sociais observados entre os grupos receptores do Bolsa Família, participantes ou não dos GOLDS.

Foram sujeitos dessa pesquisa famílias do município de Itinga, que estão inseridas no Programa Bolsa Família (PBF) e Famílias pertencentes aos Grupos de Oportunidade Local.

Busca-se, assim, desvendar o problema de pesquisa: os beneficiários do Programa Bolsa Família, participantes dos Grupos de Oportunidade Locais, apresentam as oportunidades econômicas e sociais potencializadas por este programa de desenvolvimento Local Comunitário?

Ao encontro desta temática testam-se as seguintes hipóteses, objetos deste estudo:

i) Pressupõe-se que, a partir da inclusão da população de Itinga em Grupos de Desenvolvimento Locais, os mesmos apresentam oportunidades econômicas e sociais contribuindo para melhores condições de vida.

ii) Supõe-se, para efeitos de estudos deste trabalho, que os benefícios gerados pelo Programa Bolsa Família, corroboram para uma atuação mais efetiva dos beneficiários nos Grupos Solidários Locais, potencializando as oportunidades sociais e econômicas dos seus integrantes.

iii) Considera-se que o Programa de Transferência de Renda promove inclusão social e estimula o empoderamento dos seus beneficiários no enfrentamento da pobreza e no fortalecimento de ações públicas como os Grupos de Oportunidade Locais no município de Itinga.

O presente trabalho é um estudo de caso descritivo, baseado na pesquisa quantitativa, com base na metodologia de conglomerados e aleatória, aplicada aos beneficiários ou não do Programa Bolsa família, integrantes e não integrantes dos grupos GOLDS. Para tal análise, utilizou-se o modelo de regressão múltipla, análise com variáveis Dummy. O modelo foi utilizado para avaliar qualitativamente as diferenças entre os Grupos GOLDS Bolsa Família, Bolsa Família sem Golds e GOLDS sem Bolsa Família.

Apresenta-se, a seguir, a construção do conhecimento sobre a temática proposta, o que possibilita a reflexão e aprofundamento que serviram como base para a execução da pesquisa.

O primeiro capítulo do estudo traz o embasamento teórico dos efeitos das políticas públicas sobre o desenvolvimento econômico, através de uma análise do termo pobreza, expressando diferentes olhares que se complementam e refletem sobre essa situação vivenciada por grande parte da população mundial. Busca-se, também, uma reflexão sobre a geração de renda e discussões sobre o desenvolvimento econômico local.

O segundo capítulo, aborda a proposta brasileira para o enfrentamento à pobreza, através de um Programa de Transferência de Renda, o Bolsa Família. Em contrapartida, exibe uma política de ação coletiva, os Grupos de Oportunidade Local (GOLDS), desenvolvida pela Visão Mundial e voltada para a potencialização da renda e inclusão social.

O Terceiro capítulo traz dados sociais e econômicos para a caracterização do município de Itinga. Ainda neste capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa.

No quarto capítulo, aborda os principais resultados relativos à caracterização dos beneficiários do Bolsa Família e Grupos de Oportunidades Locais em Itinga, com destaque para as análises e resultados que deram origem ao questionamento inicial deste estudo, apresentando os principais resultados empíricos observados.

Nas considerações finais, apresentam-se alguns apontamentos observados a partir da análise dos dados coletados e apresentados no decorrer da pesquisa, destacando como principal resultado que os beneficiários do Programa Bolsa Família, quando inseridos em grupos de oportunidade Local no município de Itinga, exibem melhorias nas condições de vida, apresentando indicadores socioeconômicos de fortalecimento no combate às situações de vulnerabilidades enfrentadas por estas famílias.

CAPÍTULO 1

Uma análise histórica e conceitual sobre o termo Pobreza

O estudo da pobreza, por ser complexo, envolve uma gama de interpretações. Existem, pelo menos, três perspectivas com as quais se podem caracterizar a pobreza: pobreza baseada na renda, pobreza como privação de capacidades e pobreza como exclusão social. (Sen ,2000).

Embora importante, não serão desenvolvidas neste trabalho todas essas perspectivas. Aborda-se, nesse capítulo, a origem e as formas de enfrentamento às situações de pobreza, trazendo à discussão os conceitos sobre o termo pobreza, e os estudos envolvendo diversos autores em torno de sua problemática e suas múltiplas dimensões.

Para a leitura da pobreza no Brasil, faz-se um breve resgate histórico do processo de evolução da pobreza brasileira, acrescentando à discussão as espécies relativas ao agravamento dessa situação representada pela ampliação das desigualdades.

Procura-se analisar as estratégias de enfrentamento da pobreza no Brasil, dando ênfase ao papel da intervenção do Estado na criação de políticas públicas, em especial os Programas de Transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família. Nesta perspectiva, apresenta-se breve discussão teórica sobre a importância do programa para redução da pobreza e melhoria na qualidade de vida de seus beneficiários.

1.1.Pobreza: uma abordagem teórica conceitual

Uma das perspectivas em que se pode caracterizar a pobreza é pela carência. A pobreza, aqui considerada, diz respeito ao princípio da carência material para a subsistência do ser humano. Sua existência remonta aos primórdios da humanidade, quando a desigualdade entre os homens, ao se separar os indivíduos por classes sociais, dividiu-os entre ricos e pobres. A partir dessa concepção, Rousseau aponta:

A igualdade desapareceu, o trabalho tornou-se necessário, o desenvolvimento das faculdades psíquicas leva à distinção entre o que é e o que parece ser; a sociedade impõe-nos parecermos coisa diferente do que somos. O homem torna-se escravo de suas necessidades e de seus semelhantes. A riqueza suscita à ambição, a concorrência, a rivalidade de interesses, a herança, a dominação universal (Rousseau, 1988, p.14).

Durante o processo histórico, o termo pobreza já foi caracterizado de diversas maneiras. Começando pelo período medieval, com o forte domínio da Igreja Católica, a pobreza era vista como condição de vulnerabilidade, ou seja, a pessoa era privada de acesso a recursos que possibilitavam melhores condições de vida. A partir dessa concepção, a pobreza passou a ser vista como uma questão social ou política.

No século XIV, o Brasil vivia o período de Industrialização, voltado para o capitalismo. Essa transição fez com que a sociedade se tornasse competitiva e individualista e a pobreza passou, então, a ser vista como um problema social (RIBEIRO, 2007).

Nesse período, os fatores que geravam a pobreza eram determinados por: de um lado, viam a culpa nos próprios pobres, que não tinham determinação para trabalhar; e, de outro, uma espécie de marca de condenação divina, pois a riqueza material era concedida como um reconhecimento por Deus pelas condutas das pessoas (SCHWARTZMAN, 2004).

Na Inglaterra no século XIX, criou-se o *PoorLaws* (Lei dos Pobres), que envolvia um conjunto de provisões legais com o objetivo de reduzir os efeitos extremos da pobreza. Para receber ajuda, as pessoas eram classificadas segundo os seguintes critérios: os pobres dignos (órfãos, viúvas e doentes) e os pobres indignos (pessoas saudáveis, que não queriam trabalhar). Sendo assim, a pobreza era vista como um processo de caráter e moral (RIBEIRO, 2007).

De acordo com Silva (apud RIBEIRO, 2007), a partir do século XX, a pobreza tem sido caracterizada como o pressuposto da carência, da escassez de meios de subsistência da falta de algum recurso para sobreviver ou da falta de algo ou da desvantagem em relação a um padrão ou nível de vida dominante.

A noção de pobreza aparece, na literatura, relacionada como sinônimo de variadas palavras ou expressões como: pauperização, precarização, empobrecimento, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade,

marginalidade, pobreza unidimensional, pobreza multidimensional, miséria, indigência, diferenças sociais, discriminação, segregação, desqualificação, privação, deficiência, inadaptação, pauperismo, precarização, apartheid social, estigmatização, baixa renda, classe baixa, *underclass*, etc. Para a autora, cada um desses termos ou expressões indicam um estado particular do processo da pobreza ou suas dimensões e características (SILVA apud RIBEIRO, 2007, p.75-76).

Segundo Ribeiro (2007), entre os anos 1980 e 1990, muitas transformações ocorreram no debate sobre pobreza no processo econômico mundial e sobre seus efeitos junto aos países do Terceiro Mundo. Esses debates podem ser classificados em três dimensões:

i- Pobreza e crescimento econômico: A partir dos anos 80, fica firmado a relação entre pobreza e crescimento econômico, partindo do pressuposto que quando há crescimento econômico conseqüentemente haverá impacto na redução da pobreza e nas condições de vida de uma determinada população (RIBEIRO, 2007).

ii- Pobreza e desigualdade: Já a Literatura Internacional aponta para o crescimento das desigualdades, com má distribuição de renda, fazendo com que a população se sujeite a variados padrões de vida, fazendo com que a pobreza cresça junto com a desigualdade social. (RIBEIRO, 2007).

iii- Nova Pobreza: surge-se o termo Nova Pobreza, trata-se de um novo fenômeno para caracterização da pobreza, através de aspectos socio-econômicos, apresentando com perfil indivíduos com baixa renda e baixo padrão de vida. Nos países ricos essas pessoas integram o Quarto mundo e nos países socialistas, passam a viver insegurança. (RIBEIRO, 2007).

Em síntese Rousseau, Ribeiro e Schwartzman, entendem que a pobreza se manifesta de forma específica em determinado contexto histórico, e que o mero crescimento econômico não é suficiente para reduzir as desigualdades sociais, embora seja um fator determinante na redução da pobreza.

Segundo Sprandel (2004, p.32):

A pobreza até então não era considerada um problema social, mas uma condição estrutural da sociedade ligada à raça, à escravidão, ao saneamento, à nutrição e a outros aspectos mais funcionalistas. A pobreza era caracterizada em dois aspectos centrais, a pobreza digna ligada ao trabalho, e outra desprezível, que preferiam chamar de miséria, ligada à preguiça (SPRANDEL, 2004, p.32).

Nesta mesma linha de pensamento, Sposati salienta que:

A pobreza aparece no imaginário social como algo de difícil solução, seja pela ausência de recursos para enfrentá-la com efetividade, seja porque o patamar compensatório produzido pelo Estado e sociedade civil tem sido suficiente para dispersar as tensões sociais (Sposati et.al.2007, p.112).

A discussão da pobreza como um grave problema social ocorreu nos anos 1980 e 1990, com o processo de redemocratização do Brasil e pela instituição da constituição de 1988.

Para Rocha(2005):

O conceito de pobreza está inserido na análise cuidadosa de cada realidade social. Existe a preocupação em conceituar a noção de pobreza através de suas reais necessidades básicas e do nível de cada realidade vivenciada. Não se pode padronizar uma forma absoluta de insuficiência de renda e encaixá-la a toda e qualquer realidade social. Assim, a definição mais concreta deve levar em conta o padrão de vida e a forma como as necessidades básicas são atendidas dentro do contexto sócio-econômico (ROCHA, 2005, p.10)

Quanto ao tema pobreza como indicador de necessidades básicas, Santos(2003) destaca que para substituir as necessidades básicas, os pobres acabam sacrificando uma necessidade para prover outra, isso explica o porquê da necessidade acabar por impedir a liberdade.

Em síntese, a definição de pobreza está associada, frequentemente, aos aspectos voltados à fome, à desigualdade ou à ausência de renda, ao déficit de conhecimento, informação, cultura, etc. Alguns autores, como Rocha (2005), consideram a necessidade de avançar e incorporar outros elementos passíveis de melhor caracterizar a pobreza. Assim, "a definição de pobreza precisa ir além da falta de alimentação, é necessário incorporar uma gama mais ampla de necessidades humanas, como: educação, saneamento, habitação, etc." (ROCHA, 2005, p.19).

Sendo assim, para a compreensão da pobreza para o atendimento das necessidades básicas, é necessário considerar aspectos sociais e econômicos como cultura, economia, saúde e educação, dentro de cada contexto local.

1.2 – Pobreza: entre a naturalidade e a determinação

A pobreza está presente em toda a parte, mas sua definição esta concentrada a uma determinada parcela da sociedade. Para Santos (2009), a pobreza pode ser mensurada pelas qualidades que a própria sociedade determinou por si própria, levando em conta que as definições sobre o termo pobreza são inúteis, por se tratar de um fenômeno construído por fatores econômicos, sociais e políticos.

Sendo assim, a pobreza não pode ser caracterizada apenas como uma categoria econômica, acima de tudo é uma categoria politica. Como afirma Buchanan(2009) trata-se de um problema social.

“O Termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura” (BUCHANAN⁵ *apud* SANTOS, 2009, p.18-19).

O pioneiro na codificação do termo pobreza foi Townsend (1962), estudioso que dizia que a pobreza e a sobrevivência são conceitos relativos em virtude da sua escassez e sua existência serem vinculadas diretamente a uma época, a um grupo ou sociedade.

Na tentativa de apresentar um conceito capaz de explicar o surgimento da pobreza, Balsa (2006) aponta a mesma como fruto do sistema capitalista, destacando que mesmo sendo seu criador, o “[...] sistema social é incapaz de apresentar correções para a produção de suas próprias mazelas”. (BALSA, 2006, p. 20). Segundo o autor, o próprio sistema funcionaria com base na produção de desigualdades e das situações de pobreza e de exclusão social que podem ocorrer dentro desta perspectiva.

Ainda em concordância com o autor, para explicar o surgimento ou as dimensões da pobreza e a exclusão social, existem três planos teóricos que fundamentam as causas do surgimento do fenômeno da pobreza, são eles:

Plano Socio histórico, a pobreza aparece conceituada ao nível do próprio sistema capitalista, que se revelaria incapaz ou pouco eficiente na correção de algumas disfunções. Já no plano sócio institucional procuram dar conta das dinâmicas de produção da pobreza e da exclusão levando em conta o espaço, o meio em que o indivíduo está inserido. Por fim o plano sócio antropológico procura identificar as formas de como as situações se enraízam levando em conta as histórias de vida individuais familiares ou em grupos. Procura-se, através destes estudos, interrogarem o modo como a pobreza e as suas dimensões se ancoram nas biografias de vida ou como são vividos e geridos os acontecimentos susceptíveis de gerar situações de pobreza ou de exclusão (BALSA, 2006, p.22).

Os três planos apresentados pelo autor revelam o caráter multidimensional da pobreza, reforçando a necessidade das explicações que norteiam em torno dos fenômenos estarem vinculados a uma causa histórica, social e cultural. As próximas abordagens vinculadas às teorias sociológicas e antropológicas tentam no campo empírico entender como a pobreza surgiu e como vem sendo “experimentada” pelos agentes.

Foi, portanto, a partir da Revolução Industrial, devido à expansão demográfica e ao processo de esvaziamento dos campos, que lançaram milhares de pessoas nas cidades “[...] em condições extremas de privação que a pobreza passa a ser alvo de investigações, principalmente pelo governo inglês (SCHWARTZMAN, 2007, p.91).

É importante ressaltar que a sociologia clássica no século XIX buscou compreender a origem da pobreza a partir de dois pressupostos: o primeiro, a luz de Weber, de caráter moral, onde entendia a pobreza como consequência da falta de ética no trabalho e sentido de responsabilidade dos pobres. O segundo, a luz da teoria marxista, que considerava a pobreza um efeito inevitável do desenvolvimento da economia industrial e de mercado, trazendo fortalecimento das lutas de classe, comprometida com a sociabilidade, a partir do momento que o trabalho deixa de ser

espaço para a satisfação das necessidades e passa, exclusivamente, a fabricar necessidades.

A superação da desigualdade e da pobreza só será possível a partir da aplicação de novos mecanismos de renda, políticas sociais e socialização dos meios de produção. Para William Thompson (2005), o capitalismo era, um sistema de exploração, sofrimentos e acúmulo de riqueza e renda. Para o autor a distribuição de riqueza era o determinante mais importante para obter o grau de prazer e felicidade que poderia ser atingido pelos vários membros da sociedade. Além de defender que o tratamento igualitário para todos os membros da sociedade também se converte em capacidades de sentir prazer e felicidade.

1.3 - Pobreza sob dois aspectos: unidimensional e multidimensional

Para iniciar a discussão da uni ou multidimensionalidade, é necessário abordar algumas conceituações sobre pobreza, de maneira que possa compreender melhor este fenômeno sob estes 2 aspectos. Para Rocha (2006), é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica, onde as necessidades não são atendidas de forma adequada, podendo ser *absoluta* quando vinculada às questões de sobrevivência, ou *relativa*, quando as necessidades a serem satisfeitas estão direcionadas ao modo de vida predominante na sociedade. Isso implica delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2006, p.11).

Para Schwartzman (2007), a forma absoluta de medir a pobreza está ligada à identificação de pessoas que estão abaixo de um padrão de vida, considerado como mínimo para a sociedade. E para medir a pobreza relativa, visam-se as pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade baixo em relação a sociedade em que vivem. Sendo assim no caso da pobreza relativa, trata-se das pessoas que se encontram abaixo de uma situação qualquer na distribuição de renda. Já na pobreza absoluta, trata-se das pessoas que vivem com rendimentos inferiores ao necessário para consumir os bens e serviços indispensáveis para a sua vida.

Uma variante em relação à pobreza absoluta é a chamada “metodologia das necessidades básicas não satisfeitas” – Essa variante trata-se de identificar as pessoas

que, não conseguem satisfazer necessidades essenciais como habitação, nutrição, educação, saúde, etc. independente da renda disponível (SCHWARTAZMAN, 2007, p.96).

Autores como Schwartzman, Rocha, Balsa, reconhecem que a pobreza possui características que se reproduzem conforme o tempo e as relações sociais. Amparada pela mensuração monetária, tem sido vista enquanto uma parcela da sociedade que convive com falta ou escassez de renda. E, em determinadas sociedades e regiões, ela tem um caráter absoluto, agrupando a falta de renda a não satisfação das necessidades vitais, comprometendo o crescimento das famílias e sociedade, bem seus vínculos e sentimentos ligados à segurança e ao bem estar.

Outro consenso entre Schwartzman, Rocha, Balsa, é o reconhecimento de que a base das definições de pobreza se vincula à desigualdade de condições, à incapacidade de adquirir suprimentos mínimos e necessários para sua sobrevivência, bem como às formas determinadas de viver em sociedade. O que resta é identificar dentro destas duas concepções os indicadores que possam delinear quem é de fato pobre.

Sendo assim, pode-se conceituar Pobres como aqueles que vivem com renda situada abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas na sociedade em que vivem. Para Rocha (2003), linha de pobreza são medições a partir da renda que levam uma melhor compressão do termo pobreza, levando em conta as necessidades objetivas e as percepções compreendidas pelas capacitações, recursos e habilidades, das pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade causadas pelas desigualdades sociais presentes nos contextos de vidas dessas pessoas.

Nas palavras de Stotz (2005), pobreza é algo simples de se interpretar se a situarmos em oposição à riqueza.

De acordo com Milton Santos (2007) O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Para entender a pobreza enquanto o não atendimento das necessidades é preciso considerar o padrão de vida estabelecido e de que forma as necessidades serão

atendidas em determinado contexto socioeconômico. Sendo assim ser pobre significa ter renda insuficiente e não dispor dos meios para operar adequadamente o grupo social em que se vive (ROCHA, 2003, p.10).

Percebe-se que a capacidade de mensurar a pobreza ao invés de estar vinculada às condições monetárias e à satisfação das necessidades básicas, na realidade coloca a renda enquanto principal indicador da pobreza, que revela o não entendimento deste fenômeno como multidimensional. Destaca-se que a pobreza deve ser entendida como privação de capacidades, como assinala Sen (2000) e não reduzida a ausência de renda. Sendo assim:

“A pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza com privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda pode ser uma razão primordial da privação das capacidades de uma pessoa” (SEN, 2000, p.109). 36 .

As análises empreendidas pela visão unidimensional da pobreza se concentram na perspectiva de que é por meio da renda que se pode aferir a capacidade dos sujeitos de assegurar suas necessidades e prover sua sobrevivência. Para Carneiro (2005), a principal vantagem do uso do enfoque baseado na renda consiste na possibilidade de se identificar o universo alvo da intervenção e gerar indicadores para a construção de ações de enfrentamento. Em contrapartida, por considerar meramente um enfoque econômico, entende-se que para erradicar a pobreza bastaria distribuir renda entre os pobres, mas essa ação não pode ser observada sob tal concepção.

Na perspectiva multidimensional a pobreza é entendida como o não acesso as necessidades básicas que ampliam a capacidade de se alcançar uma vida com qualidade. Os fatores determinantes da pobreza estão para além da ausência de renda e se vinculam à cidadania.

Para Carneiro (2005), existem variáveis não monetárias que influem na condição de pobreza: são as que dizem respeito as necessidades básicas como: educação, saúde, habitação, transporte, etc. e as que mensuram processos de natureza psicossocial (participação, auto-estima, autonomia, capacidades, dentre outras).

Em síntese aos autores citados, entende-se que a renda é um fator essencial para a superação da pobreza, mas ela apenas redistribuída não suprirá o hiato social que afasta brancos e negros, ricos e pobres, questões relacionadas à etnia e gênero e ao histórico quadro de desproteção social.

1.4.Evidências sobre a Pobreza no Brasil

O Brasil, ao longo de sua trajetória, foi marcado pela desigualdade social. As consequências dessa desigualdade são mais evidentes e preocupantes para aqueles indivíduos que vivem em condições precárias, com baixo acesso à renda. Observa-se que, ao longo desse processo, há predominância de situações de empobrecimento, precariedade, evidenciando crescentes níveis de desigualdades na distribuição do produto resultante da riqueza socialmente gerada (Valadares, 1991).

Logo, a pobreza associada à desigualdade social se dá na construção de valores pre-estabelecidos pela sociedade, através de seus princípios culturais, sociais e econômicos, fazendo com que os pobres vivam em situações de vulnerabilidade, sem acesso às necessidades básicas, excluindo-os da obtenção de determinados patamares de renda, que os permitiriam acesso a melhores condições de vida.

Contudo, a pobreza só é reconhecida como questão social a partir dos anos 1950-1960, em face da "transformação de uma sociedade baseada numa economia agrário-exportadora para uma sociedade mais moderna, de tipo urbano-industrial" (VALLADARES, 1991, p.93).

Ademais, somente a partir da década de 1990 que a pobreza no Brasil ganhava visibilidade como objeto de interesse público e começa a fazer parte da agenda dos governos, uma vez que, representa um problema a ser resolvido na esfera democrática, sob a suspeita de vir a se constituir como uma ameaça para a própria estabilidade da redemocratização (SOUZA, 2006).

No Brasil, nos últimos anos, as estatísticas, através de dados oficiais divulgados em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e reforçados por Pochmann (2010a), apontam para melhoria da situação econômica e das condições de vida da população brasileira. Os principais fatores que contribuíram para essa melhoria,

inclusive com redução da pobreza, foram o aumento real constante do salário mínimo, aliado a políticas de combate à fome e à miséria no país. Os programas de Transferência de renda se destacam nessa realidade. Neste sentido, conforme Pochmann:

Entre 2001 e 2008, por exemplo, a renda per capita nacional cresceu 19,8% em termos reais. Nesse mesmo período de tempo, 19,5 milhões de brasileiros registraram elevação real em seu rendimento individual acima da evolução da renda per capita nacional. Ou seja, 11,7% do total dos brasileiros ascenderam seus rendimentos acima da média da evolução da renda per capita real do país (POCHMANN, 2010a, p.55).

Apesar dos dados apontarem que no atual cenário econômico brasileiro houve índices de redução de pobreza, ainda há muito para ser feito em relação a este problema e aos problemas sociais gerados por ela.

1.5. Ações de Enfrentamento da Pobreza

As ações de enfrentamento da pobreza estão na agenda pública de forma mais estruturada desde a promulgação da Constituição de 1988. A partir disso, o Brasil apresentou avanços positivos, sobretudo no que concerne à proposição de estratégias de enfrentamento da pobreza, haja vista que consta no seu art. 3º como um dos quatro objetivos fundamentais da República "erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (Constituição Federal de 1988). Segundo Nogueira (2004), a Constituição instituiu a Assistência Social como política social pública de direito universal e integrada a Seguridade Social juntamente com a saúde e a previdência.

Porém, tais direitos e garantias firmadas na Carta Constitucional logo foram ameaçados, em virtude da ofensiva neoliberal que começou a se instalar no Brasil, na década de 1990. Todavia, uma ação construída com o objetivo de enfrentamento da pobreza no Brasil conseguiu resistir a essa concepção de não intervenção estatal no enfrentamento da pobreza; essa ação diz respeito aos Programas de Transferência de Renda. O objetivo desse programa é combater a fome e a miséria no Brasil e, para melhor atender aos objetivos do programa, surge o Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal, pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007 (MDS, 2007).

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. De acordo com o MDS (2011), a transferência de renda busca promover o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Gerar desenvolvimento Local, ampliar as políticas sociais, criar estratégias de geração de emprego e renda, desenvolver políticas públicas de incentivo à educação são ferramentas capazes de transformar o atual cenário brasileiro e fortalecer ações públicas que busquem combater a pobreza. Para enfrentamento da pobreza em um país de grandes desigualdades sociais, as políticas públicas são essenciais. Assim, o próximo capítulo apresentará discussões sobre a prática de políticas públicas no cenário da economia brasileira.

CAPÍTULO 2

Políticas Públicas no Brasil e enfrentamento à pobreza

Este capítulo analisa a importância das políticas públicas para o desenvolvimento de ações que têm como objetivo inclusão social e melhores condições de vida. Para isso, faz-se uma reflexão teórica de seu conceito e aplicabilidade.

A palavra política é originária do grego pólis (politikós), e se refere ao urbano, civil, público, enfim, ao que é da cidade (da pólis). Pode ser definida como uma forma de atividade humana relacionada ao exercício do poder. Para Julien Freund (1921-1993), o termo política pode ser relacionado com a atividade social que se propõe a garantir pela força fundamentada geralmente no direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade política particular. Essa possibilidade de fazer uso da força distingue o poder político das outras formas de poder. Dentro desse contexto este estudo faz uma análise do conceito de políticas públicas focando na aplicabilidade da mesma para o bem estar social dos cidadãos.

Ainda não existe um consenso entre os autores da melhor definição a respeito de políticas públicas. Como não existe uma única ou melhor definição, para Mead (1995) é um campo dentro da política, que verifica as ações do governo, dentro de um aspecto publico; já Peters(1986) segue a mesma lógica, complementando que tais políticas são a soma das ações dos governos, que agem diretamente e indiretamente, influenciando a vida dos cidadãos.

Dye (1984) sintetiza o conceito de políticas públicas como decisões que o governo opte fazer ou não. Dentro do campo específico da política pública, alguns estudos foram desenvolvidos para tentar explicar o porquê de o governo desenvolver ou não ações, mesmo sabendo que essas ações impactam diretamente a vida dos cidadãos.

Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a mais conhecida tipologia sobre políticas públicas, surgida através da frase “A política publica faz a política”. Ele quer dizer que cada tipo de política vai ao encontro de diferentes formas de apoio e de rejeição. Para Lowi, a política pode assumir quatro pilares: o primeiro são as políticas distributivas; o segundo, políticas regumentares; o terceiro pilar políticas redistributivas e, por fim, políticas constitutivas. O primeiro pilar são decisões tomadas pelo governo, que geram impactos mais individuais do que universais, privilegia um certo grupo e não o todo. Já o segundo são decisões burocráticas, políticas que regem as leis, e envolvem todo o conjunto, o todo; o terceiro pilar, o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas, são as políticas sociais universais, o sistema previdenciário e, por fim, as políticas constitutivas, o quarto pilar, representa as políticas que lidam com os procedimentos burocráticos, os regimentos regidos por uma organização, instituição. A união dessas políticas dá origem ao Sistema Político Brasileiro.

A visão da política pública como um processo incremental foi desenvolvido por Lindblom(1970), Caiden e Wildavsky(1980) e Wildavsky (1992). Os autores argumentam que as verbas governamentais públicas não se iniciam do nada, as mesmas são compostas de decisões marginais e incrementais que não consideram mudanças no cenário político ou substanciais pertencentes aos programas públicos.

Os estudos de desenvolvimento de políticas públicas estão ligados às necessidades de ampliações na captação de melhoria nos processos políticos sócio administrativos, que visam a implementação das atividades políticas e a melhoria na

qualidade de vida dos cidadãos. Essa é uma característica marcante na literatura internacional: “A análise de políticas públicas [...] é uma forma de pesquisa aplicada desenhada para entender profundamente problemas sociotécnicos e, assim, produzir soluções cada vez melhores” (MAJONE & QUADE, 1980, p. 5).

Ao encontro do desenvolvimento de políticas públicas que visam possibilitar aos seus usuários melhores condições de vida, o próximo tópico traz uma abordagem sobre os Programas de Transferências de renda, que, segundo Künneman (2009), podem ser considerados instrumentos eficazes de redução da desigualdade de renda. Deve-se destacar nesta perspectiva de análise que tanto o Programa Bolsa Família como os Grupos de Apoio de Desenvolvimento Local (GOLDs), em destaque neste estudo, se enquadram dentre as Políticas Distributivas.

As políticas públicas afetam a todos os cidadãos, independente do perfil estabelecido para eles. Com as mudanças trazidas pela democracia, as responsabilidades do Estado se diversificam. Atualmente, pode-se dizer que sua função é promover o bem-estar da sociedade. Sendo assim, este bem-estar está caracterizado nas ações promovidas pelo Estado em encontro com as necessidades básicas dos cidadãos, como saúde, educação, meio-ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança. Em síntese, contempla a qualidade de vida como um todo.

É importante destacar o fortalecimento das políticas públicas para redução da pobreza e da miséria na vida das pessoas. Dentro dessa perspectiva, tais políticas devem ser focadas nos programas sociais, em especial os Programas de Transferência de Renda, cujo principal objetivo, além da renda provisória para combate à pobreza e à miséria, consiste em tornar seus beneficiários independentes. Para isso, se fazem necessárias ações que vão além da assistência. Demo (1997, p. 61), dentro dessa perspectiva, discute as ações que podem propiciar essa independência:

Se a pobreza política está na base da pobreza material, parece razoável que a educação e conhecimento representem a maneira mais adequada de integrar seu enfrentamento a assistência. Autopia maior do ser humano ainda é emancipação, não a assistência (DEMO, 1997, p. 61).

Portanto, segundo Demo, é necessário criar políticas voltadas para a educação, a fim de que os indivíduos que se encontram em condições de pobreza e extrema pobreza possam conseguir emancipação. Para isso, faz-se necessário o fortalecimento dessas

políticas de forma que a mesma possibilita aos seus usuários acesso a melhores condições de vida.

2.1. Programas de Transferência de Renda

A origem das transferências de renda se deu no século XVIII, na Inglaterra, e vem ressurgindo ao longo dos anos com novas adaptações, na tentativa de garantir a sobrevivência daqueles que se encontram em situação de pobreza e miséria. No Brasil, essa origem se deu em 1991, com a proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima (PRGM), o qual se transformou na Renda Básica de Cidadania, e seu desenvolvimento histórico se deu com a implantação do Programa Bolsa Família, vigente nos dias de hoje (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2006:34).

Esse programa propõe a criação de uma renda mínima nacional, sendo uma "possibilidade concreta, simples e objetiva de garantia do direito mais elementar do ser humano, o direito à vida, mediante uma justa participação na riqueza socialmente produzida"(SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006, p.34).

A lei de Renda Básica de cidadania, aprovada pelo Projeto de Lei 266/2001 "de autoria do Senador Eduardo Suplicy e sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inacio Lula da Silva em 03 de Janeiro de 2004" (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006, p.94) e pela lei 10.835/2004, aprovada pelo Senado em 2002, e pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em 2003, vem sofrendo alterações desde 2005, de modo a implementar ações que visam beneficiar aos mais pobres e que permitam a eles abandonar situações de extrema pobreza e alcançarem melhores condições de vida. O objetivo é que, a longo prazo, o programa possa atingir todos os cidadãos (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2006).

Ao garantir uma renda às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, busca-se atingir, em primeiro lugar, o problema da fome, possibilitando a elas a escolha e aquisição de seu alimento. A política de redistribuição de renda através de programas de transferência de renda é uma melhoria diante das necessidades de uma família, mas muito mais que essa melhoria, o programa possibilita a saída do círculo vicioso da pobreza.

O conceito de círculo vicioso da pobreza é a falta de investimentos na melhoria e mudanças das condições de vida, famílias sem condições financeiras de investir em melhores condições de vestuário, moradia, alimentação e educação, impossibilitando avanços na superação destas necessidades (MANTEGA,1984e SILVA; YAZBEK; GIOVANNI,2006).

A condição de pobreza perpassagerações causando, assim, um ciclo intergeracional de pobreza sendo passada de pai para filho, pois não se vislumbra mudanças nesse patamar devido às possibilidades que lhes são oferecidas. É preciso romper com esse ciclo dando às famílias que se encontram envolvidas nele, condições financeiras e de acesso a meios qualificados que possibilitem a elas avançarem e não retornarem ao ponto de partida.

O pressuposto é que uma transferência monetária a famílias pobres permite-lhes ter seus filhos fora das ruas e de trabalhos perigosos, degradantes e precoces, enquanto permanecem na escola, interrompendo o círculo vicioso de reprodução da pobreza (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI,2006, p.150).

Em síntese, supõe-se que os programas da assistência social do governo à população carente são geradores de maiores impactos distributivos e melhores focalizadores da população mais necessitada. Em contrapartida, evidências empíricas Internacionais mostram que nem sempre isso ocorre. Enders e Hoover(2003), utilizando o mesmo conjunto de dados de Formby et alli(2001) para os Estados Unidos, verificaram que os programas de transferências não têm impacto significativo sobre a pobreza. Eles ressaltam que a literatura internacional não tem sido clara quanto aos dados que comprovem se há ou não impactos das transferências de renda sobre a pobreza.

Para Rector e Lauder(1995), o aumento de políticas de transferência de renda e o estado de bem-estar, fazem com que os pobres fiquem dependentes do recurso e não tenham iniciativas para a busca de emprego, tornando-se contínuos dependentes financeiros do governo.

Por sua vez, Sem (2000) destaca a perda de potencialidade das populações pobres e desempregadas que recebem auxílios do governo em razão da queda de sua

autoestima. Entretanto, os defensores de tais programas argumentam que os benefícios são de baixos valores e, por isso, não gerariam problema de incentivo ao trabalho.

Para Schwartzman (2005; 2006), as políticas de transferência de renda tiveram um impacto limitado tanto na redução da pobreza quanto da desigualdade. Para tal análise, ele utilizou dados da PNAD de 2004. Isto decorre tanto pelo fato do pequeno volume dos recursos transferidos para cada família, quanto pela má focalização dos gastos, já que estes recursos são distribuídos de forma igualitária, tanto a famílias realmente pobres quanto a outras menos pobres, sendo que a variação dos valores entre uma família e outra é o número de filhos pertencentes a cada uma. Além disso, há outras, cujo padrão de vida não se expressa com nitidez na renda monetária medida pela PNAD.

Publicação do IPEA(2006) mostra que a criação de programas federais de transferência de renda foi uma das mais importantes novidades ocorridas na política, pois alcançam principalmente àquelas famílias cujos membros adultos estão em idade economicamente ativa e participam ou desejam participar do mercado de trabalho.

Utilizando dados das PNADs, Hoffman(2006) estimou que esses programas de transferência têm contribuído em 28% para a redução na desigualdade do Brasil, de 1998 a 2004. Observou ainda, que, nesse mesmo período, houve uma pequena redução da pobreza no país.

Conforme Lavinhas e Varsano(1997), se não forem implantadas políticas de educação e de geração autônoma de renda, a proporção de uma família contemplada pelo benefício retornar à condição de pobreza com o término do programa é muito alta. Todavia, esses autores ressaltam que tais programas serviriam como um elo entre o governo e a população pobre, o que conduziria a um maior conhecimento da evolução dos índices da pobreza e da desigualdade no Brasil.

Soares et all(2006), aplicando a metodologia que desagrega os componentes da renda, usam como instrumento de análise os programas de transferência de renda, mostrando que os mesmos apresentam um impacto significativo sobre a redução da pobreza e, conseqüentemente, queda na desigualdade de renda no Brasil, entre 1995 e 2004. Kakkwaniet alli(2006) obtiveram os mesmos resultados aplicando a metodologia de decomposição da contribuição de diferentes tipos de renda no mercado de trabalho e extremas mudanças nas políticas sociais.

Em observação às pesquisas que têm explorado o tema referente à análise dos efeitos dos programas de transferência de renda para a população em condição de pobreza, na próxima seção deste capítulo procura-se apresentar informações acerca de políticas públicas de transferência de renda adotadas pela economia brasileira, tendo em vista a necessidade de responder aos efeitos da pobreza sobre sua população. Discute a geração de renda através do Programa Bolsa Família, mostrando a importância desse tipo de política para a redução da pobreza e melhores condições de vida para seus beneficiários.

2.2. Evolução do Programa Bolsa Família no Brasil

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado através da Medida provisória nº132, em outubro de 2003, pelo Governo Federal, logo sancionada pela lei nº10.836, de 09 de janeiro de 2004, como programa de transferência de renda, que faz parte da estratégia de combate à pobreza e a miséria no Brasil, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome-MDS (BRASIL.MDS.PBF, 2008 e STEIN, 2008). Através deste programa o governo buscou unificar os demais Programas existentes até então, como o Bolsa Escola, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, o Bolsa Alimentação e o Programa Auxílio-Gás. Seus objetivos básicos, como sinaliza Weissseimer (2006, p.25), são: "combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres".

Este programa buscou ainda cumprir com o compromisso assinado pelo Brasil, juntamente com outros países, de atingir as "Metas de Desenvolvimento do Milênio" para o ano de 2015 (NAÇÕES UNIDAS, 2000 e STEIN, 2008). "Essas metas foram criadas para promover a paz, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental" (STEIN, 2008, p.200).

No Brasil, o governo utiliza como referência para adesão ao Programa Bolsa Família a renda mensal per capita, sendo considerados pobres aqueles que recebem até R\$170,00 e extremamente pobres os que recebem até R\$85,00.¹

As famílias que se enquadram nesses critérios têm direito a receber um benefício mensal básico e/ou variável de acordo com a presença de crianças e adolescentes, gestantes e nutrizes na família, podendo variar de R\$39,00 a R\$195,00 mensais, por família (BRASIL.MDS.Decreto 8794,2016).

A inserção das famílias no PBF é feita através de sua inscrição no Cadastro Único, de gestão municipal, de onde são selecionados de acordo com os critérios do Governo Federal para o recebimento do benefício. Existem três tipos de benefícios: o básico, o variável e o variável vinculado ao adolescente. Conforme especificado pelo ministério do Desenvolvimento Social:

Benefício básico, no valor mensal de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

Benefício variável, no valor mensal de R\$ 39,00 (trinta e nove reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza;

Benefício variável vinculado ao adolescente, no valor mensal de R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 92,00 (noventa e dois reais) por família, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade de dezesseis a dezessete anos matriculados em estabelecimentos de ensino (BRASIL, MDS. Decreto 8794, 2016).

O PBF possui, ainda, condicionalidades necessárias para a manutenção do benefício, sendo obrigação da família que as crianças e adolescentes em idade escolar frequentem às aulas e cumpram com os cuidados básicos de saúde como vacinação e acompanhamento nos postos de saúde. Vale observar que, de acordo com Sen(2000,p.113), "quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance de superar a penúria." Estas condicionalidades devem ser

¹ Os valores de referência utilizados são de 29 de Junho de 2016. Decreto 8794 do MDS.

controladas pelos gestores municipais que coordenam a execução do programa nas diversas localidades em que está sendo desenvolvido.

O Ministério de Desenvolvimento Social Brasileiro (MDS) se propunha a atingir 11 milhões de famílias, calculadas como o total de famílias pobres quando da sua implementação e, ao superar esta meta, têm buscado atualizar seus critérios "para atender a um número mais amplo de pessoas, na incrementação do valor do benefício e na consolidação das chamadas "portas de saída da pobreza"(WEISSHEIMER,2006, p.40).

Visto que o total de famílias pobres ainda não foi atingido e o custo de vida está sendo aumentando "busca-se[...] construir políticas que possam efetivar a transição da situação de dependência de renda em relação aos programas de transferência de renda para um estágio sustentável de inclusão social que combine participação no mercado de trabalho com gerência de direitos (WEISSHEIMER,2006, p.40).

É com esse programa que o governo brasileiro busca diminuir a desigualdade social, de modo que todos sejam reconhecidos como cidadãos, indistintamente. Esse é um caminho que já está sendo trilhado, porém, ainda está longe do estágio sustentável de inclusão social, pois a inclusão no mercado de trabalho formal e/ou informal, de modo a garantir a renda, ainda está dando passos muito curtos, o que impede um avanço maior, especialmente considerando-se a existência do desemprego estrutural². Somente com sujeitos emancipados e autônomos é que se poderá almejar um patamar de igualdade de direitos (WEISSHEIMER,2006).

Ressalta-se o alerta dado por Sem (2000, p.114), de que a política de combate à pobreza, não pode ter na redução da pobreza de renda sua motivação suprema. É importante que o foco seja a melhora das condições de vida das pessoas, ou seja, das famílias.

2.2.1. Caracterização do Programa de Transferência de Renda - Bolsa Família

² Desemprego Estrutural, segundo Singer (2004), é aquele gerado pela introdução de novas tecnologias ou de sistemas e processos voltados para a redução de custos.

O Programa Bolsa Família levou cerca de 1,7 milhões de famílias brasileiras à superação da pobreza. Este é o número total de famílias que deixaram de receber o benefício por aumento de renda desde 2003, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2013). Do grupo de 6,5 milhões de famílias beneficiadas no primeiro ano, 522 mil ainda dependem do Programa. Neste cenário, observa-se na tab. 1, a seguir, a ilustração da Evolução do programa no período 2003 a 2013.

Estado	Famílias	Valor Reembolso	Famílias beneficiárias há dez anos	Famílias que superaram a extrema pobreza	Renda per-capita	Famílias crianças na escola - 6 a 15 anos	Famílias adolescentes na escola - 16 a 17 anos
AC	28.851	R\$19.531.210,00	2311	36.319	R\$125,78	109.460	18.466
AL	214.726	R\$137.724.223,00	18.140	163.990	R\$84,61	448.594	83.361
AM	104.135	R\$67.545.759,00	12.357	141.334	R\$97,81	471.761	81.853
AP	10.256	R\$8.047.007,00	787	18.923	R\$97,10	80.584	15.277
BA	838.963	R\$532.684.471,00	83.969	739.640	R\$81,89	1.686.336	327.931
CE	572.730	R\$399.472.576,00	60.350	427.469	R\$82,94	1.048.296	217.777
DF	41.943	R\$14.316.545,00	45	18.239	R\$77,26	106.095	16.424
ES	120.911	R\$53.086.063,00	6.121	38.255	R\$73,28	226.160	34.007
GO	135.758	R\$58.238.560,00	9.724	74.046	R\$76,73	394.627	62.018
MA	380.742	R\$272.001.169,00	42.331	477.826	R\$89,46	1.061.177	189.889
MG	756.335	R\$383.931.151,00	42.848	305.141	R\$81,84	1.299.942	226.884
MS	32.588	R\$24.333.175,00	3.783	40.835	R\$82,92	167.384	23.887
MT	82.116	R\$34.214.302,00	4.260	45.045	R\$79,79	213.064	32.752
PA	259.641	R\$162.275.823,00	29.758	322.225	R\$89,02	1.032.690	186.224
PB	273.135	R\$180.295.664,00	37.165	226.882	R\$86,93	456.775	90.098
PE	518.956	R\$304.053.138,00	39.098	409.486	R\$80,05	1.075.577	203.035
PI	217.931	R\$156.971.474,00	18.022	252.865	R\$89,10	420.626	83.502
PR	308.754	R\$137.030.490,00	13.197	78.507	R\$75,30	490.324	73.304
RJ	196.330	R\$81.974.775,00	10.933	269.431	R\$76,55	877.141	153.032
RN	190.116	R\$121.690.884,00	24.313	131.460	R\$84,62	342.387	65.270
RO	54.942	R\$25.040.014,00	3078	28.783	R\$75,05	137.182	22.174
RR	14.522	R\$8.357.672,00	881	16.975	R\$84,21	60.133	10.729
RS	290.660	R\$147.172.671,00	15.915	124.635	R\$75,02	492.328	80.950
SC	101.247	R\$53.334.042,00	3.479	31.309	R\$82,60	183.996	26.422
SE	113.147	R\$68.581.861,00	10.272	90.451	R\$77,48	259.169	49.065
SP	657.099	R\$305.756.614,00	25.766	325.226	R\$74,31	1.488.378	216.647
TO	55.305	R\$34.127.705,00	3.551	48.863	R\$91,36	157.117	24.891

Tabela 1 - Resultados de dez anos do Programa Bolsa Família no Brasil entre 2003 a 2013.
Fonte: Registros administrativos do MDS

A tabela 1 apresenta o número de beneficiários e o dispêndio com o seu pagamento, tendo por base os registros administrativos do Governo Federal. O processo de unificação dos "novos programas sob o BF continua desde então, tendo sido alcançada, no final de 2006, a meta de atendimento de 11 milhões de domicílios. No final

de 2008, a clientela atendida permanecia neste mesmo nível, mas o dispêndio vem aumentando em função de ajustes dos parâmetros de renda e do valor dos benefícios, assim como da alteração do desenho do programa para incluir um benefício específico para os jovens de 16 e 17 anos” (MDS, 2013).

Região	Benefício Médio
Norte	R\$76,40
Nordeste	R\$74,34
Sudeste	R\$67,62
Sul	R\$65,13
Centro Oeste	R\$66,42
Total	R\$69,98

Tabela 2 - Evolução do Programa Bolsa Família na Economia Brasileira - Período de 2003 a 2013
Fonte:RegistrosAdministrativos do MDS

A tabela 2 mostra a evolução do benefício médio recebido pela população brasileira, conforme regiões do Brasil. Em destaque, apresenta maior volume médio de benefícios nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Nestas regiões, as condições de pobreza e a importância relativa da agricultura de subsistência resultam em incidência mais elevada do trabalho infantil, demonstrando a maior relevância do Programa Bolsa Família (MDS, 2013).

Observa-se, ao longo do período, que há uma liberação elevada de Recursos para a região Nordeste, centrando no estado da Bahia; esudeste, no estado de Minas Gerais, conforme valor do reembolso do BF observado entre os estados brasileiros na tabela 1.

Em contrapartida, estes estados apresentam elevação nos índices de pessoas que deixaram a situação de extrema pobreza, com reflexos positivos sobre os índices de crianças matriculadas na escola.

De acordo com os dados da Tabela 1, percebe-se que, ao longo dos anos, o Programa Bolsa Família vem elevando seus dispêncios entre os estados, contribuindo para redução nos índices de extrema pobreza. Interessante observar que, de acordo com os dados apresentados na tabela 1, mesmo havendo uma evolução nos índices de pessoas que abandonaram a situação de extrema pobreza, os números de beneficiários aumentam ao longo do período, de acordo com o volume de dispêndio observado em cada estado.

Dentro desta perspectiva de introdução de políticas públicas, em observância à relevância desse Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, no estado de Minas Gerais, de acordo com dados do MDS 2017, O Programa atende a vários municípios carentes de renda, com destaque para o município de Itinga, objeto principal de análises neste estudo, com 2.704 famílias beneficiadas pelo programa em 2017. Além do Programa de Transferência de Renda no município de Itinga, sua população tem sido beneficiada também com programas baseados na metodologia GOLDS, Grupos de Oportunidade Local, onde a principal meta é poupar, criar fundo de recursos para liberação de créditos emergenciais entre seus integrantes. Esse programa tem como capital inicial para poupança dessas famílias os recursos oriundos das transferências do Programa Bolsa Família e Aposentadoria.

Observadas tais especificidades, no que se refere à possibilidade de inclusão de comunidades pobres, em programas de transferência de renda ou mesmo geração de poupanças, as quais deverão subsidiar sua subsistência básica, a próxima seção a ser discutida neste estudo são os Grupos de Oportunidade Local, com destaque para levantamentos que incluem entendimento de como se deu sua criação e como estes grupos se organizam através da ação coletiva dentro do Município de Itinga e a trajetória do Programa Bolsa Família no município de Itinga.

2.3 A Trajetória do Programa Bolsa Família no município de Itinga

Itinga possui 3528 famílias cadastradas no CADÚNICO, com renda per capita de até meio salário mínimo mensal. Destas 2262 com renda per capita familiar de até R\$85,00;190 com renda per capita familiar entre R\$85,01 e R\$170,00;446 com renda per capita familiar entre R\$170,01 e meio salário mínimo e 630 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O município possui 2704 ³famílias receptoras das transferências diretas mensais do recurso do PBF.

³Atualmente o número de famílias beneficiárias do PBF corresponde a 2704, dados correspondentes a Abril de 2017, conforme informações coletadas no SIBEC-Sistemas de Benefícios Sociais Caixa Econômica Federal.

É repassado ao município recursos do Índice de Gestão descentralizada (IGD)⁴, valor correspondente a R\$ 6536,50 por mês, esse valor corresponde a qualidade dos serviços prestados às famílias usuárias do programa Bolsa Família no município. Todavia existe estipulado um teto máximo de R\$ 8819,53 para repasse mensal ao município, desde que consiga atingir

Com eficácia todos os indicadores do IGD (saúde, educação, validação de cadastros e atualização de dados).

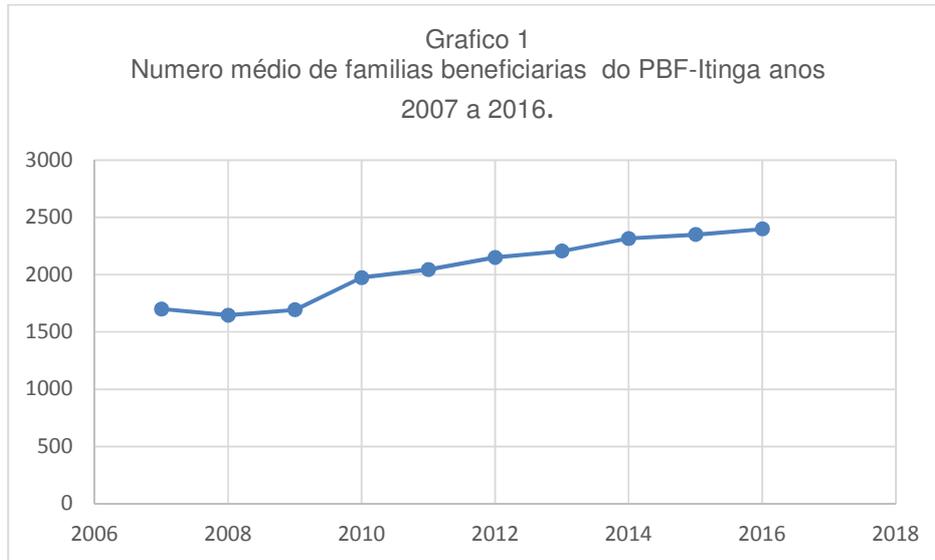
Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base nos dados divulgados pelo IBGE ano 2017, atingiu o percentual de 96,3%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 1.732 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 1.799. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 87,4%, resultando em 437 jovens acompanhados de um total de 500.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de dezembro de 2017, atingiu 85%, percentual equivale a 1.460 famílias de um total de 1.717 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Alguns indicadores foram atingidos com eficácia, embora haja uma deficiência em alguns setores responsáveis pelo cumprimento dos compromissos firmados com o PBF no concernente as condicionalidades. A taxa de acompanhamento de frequência escolar foi de 0,88, já a taxa de acompanhamento de agenda de saúde foi de 0,85; Taxa de Atualização cadastral foi de 0,82, com um IGD de 1.

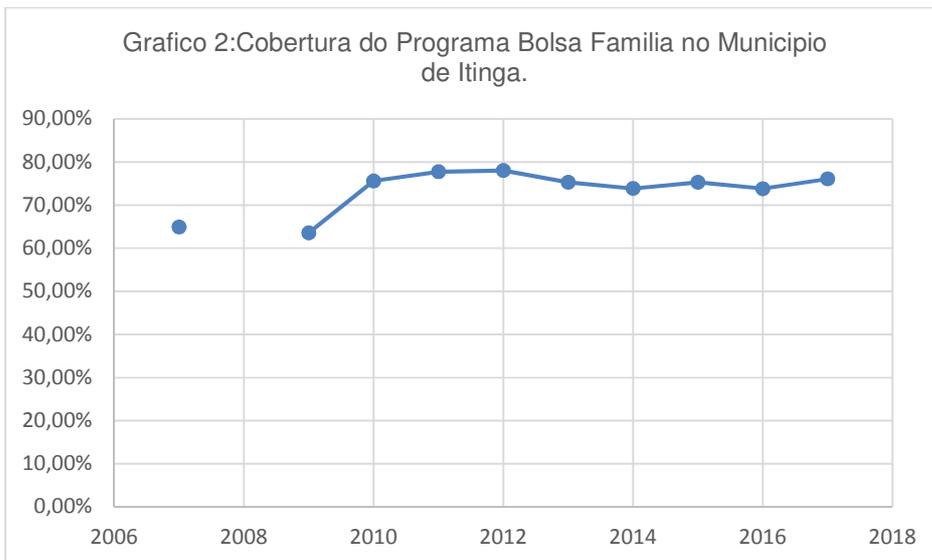
O número médio de famílias beneficiadas do PBF em Itinga passou de 1.700,00 em 2007 para 2399,00 em 2016, conforme gráfico 1.

⁴Índice desenvolvido com o objetivo de incentivar o aprimoramento dos padrões de gestão local do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Trata-se de um indicador que varia entre 0 (zero) a 1 (um), sendo os maiores valores associados à gestão mais eficiente e os menores, à gestão menos eficiente. O Índice objetiva captar a qualidade das informações do CADÚNICO e a capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos pelos municípios no momento da assinatura do Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família.



Fonte: Dados coletados no Índice Mineiro de Responsabilidade Social.

A Cobertura do PBF em Itinga foi 64,90% em 2007 e de 76,09 % em 2016, a partir dos dados apresentados no Gráfico 2.



Dados coletados no Índice Mineiro de Responsabilidade

Esse indicador de cobertura do PBF refere-se ao número de famílias que receberam a transferência de renda do Bolsa Família no mês de outubro dos anos de referência em relação ao total de famílias cadastradas no Cadastro Único com renda per capita de até R\$170,00 no mesmo mês.

2.4 Desenvolvimento Econômico do Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha, situado a nordeste de Minas Gerais, é uma região sobre a qual muitos estudos tem se destacado, dado as articularidades do seu espaço regional, que apresenta em seu território debates em torno da riqueza e da pobreza, abundância e escassez, ascensão e declínio econômico. Em termos históricos a formação deste território remonta às primeiras rotas de ocupação da Capitania das Minas dos Matos Gerais, antes mesmo de sua criação em 1720. Ao longo da segunda metade do século XX, o Vale do Jequitinhonha fica conhecido como o status de “região problema”, mesmo apresentando importância histórica para a economia mineira juntamente com sua rica cultura. (Ribeiro, 2007).

Dessa forma, pobreza, exclusão social e limitações naturais alavancaram nos estudos e projetos políticos de desenvolvimento regional, pautados por tentativas de geração de renda e melhoria das condições de sobrevivência dessa população.

As interpretações e análises realizadas consistem em captar o desenvolvimento no Vale, através da retrospectiva do seu passado econômico, e dos impactos na organização social e econômica decorrentes do Processo industrial reflexo do capitalismo alavancado a partir da metade do século XX. (Gaia Cultural,2011).

Para iniciar determinado estudo sobre o desenvolvimento econômico de determinado localidade ou contexto social, é necessário analisar os indicadores sociais e econômicos que compõem a realidade social desta localidade, trazendo elementos como pobreza, nível da renda, analfabetismo, entre outros.

No vale do Jequitinhonha, os indicadores fomentaram por décadas, análises do quadro social e econômico da região. Essas análises se fizeram presentes nos estudos de viabilidade econômica, na segunda metade do século XX, onde o “Vale das lágrimas” ou o “Vale da miséria”, imagem que se predominou pelos resultados da realidade social e econômica trazidos pelos indicadores sociais. (Guimaraes,1960).

Para Jannuzzi (2009), mesmo considerando as fragilidades de uma análise centrada nos indicadores, acredita-se que eles ainda são os instrumentos fundamentais para captar o nível de desenvolvimento de uma região em aspectos quantitativos e qualitativos. Vale ressaltar que o nível de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha não deve ser avaliado apenas pela realidade social visualizada pelos agentes locais sobre os

elementos que caracterizam esta região. É necessário uma caracterização demográfica da região em estudo.

2.4.1 A caracterização demográfica do Vale do Jequitinhonha

A taxa de crescimento demográfico é um indicador intrinsicamente ligado à taxa de natalidade e mortalidade, juntamente com às migrações. O cálculo desse crescimento apresenta importante aplicação na formulação de políticas públicas, uma vez que “permite estimar a taxa de expansão requerida dos diversos serviços e equipamentos sociais a serem disponibilizados à população em geral” (JANNUZZI, 2009, p. 69).

De acordo com os Censos Demográficos do período de 1991, 2000 e 2010, tabulados na tabela 1, a região do Jequitinhonha apresentou crescimento médio anual, em geral, abaixo de 1%, com destaque para período 1920/1940, em que o Vale comportou um crescimento negativo de -0,5%; já o estado, no mesmo período, respondeu por um crescimento positivo de 0,8%. A exceção referente a esse baixo crescimento anual é observada no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1950, em que a região cresceu 2,2% e 1,1% respectivamente, o que coincide com a elevação da fecundidade no Brasil na década de 1950.

Tabela 3 Taxa de Crescimento anual da população do restante de Minas Gerais e da região do Jequitinhonha

Totais populacionais e participação relativa da região do Jequitinhonha no período de 1920-1996

Ano	Taxa de crescimento Anual (%)		Total da população	
	Restante de Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha	Restante de Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha
1920	-	-	5.308.311	579.863
1940	0,8	-0,5	6.209.759	526.647
1950	1,3	2,2	7.063.521	654.271
1960	2,4	1,1	8.968.010	730.108
1970	1,8	0,8	10.693.486	793.929
1980	1,6	0,3	12.559.171	819.382
1991	1,5	0,8	14.844.511	898.641

Fonte: IBGE. Dados censitários. Apud: NUNES, Marcos Antônio. Estruturação e reestruturações Territoriais da região do Jequitinhonha em Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

De acordo com o Censo dos anos de 1991 e 2000, projetados na tabela 2, o Vale do Jequitinhonha apresentou uma redução na taxa de fecundidade, onde a mesma passou de 4,6 para 3,3 filhos por mulher, todavia, esse nível ainda é elevado devido a concentração de grande parte da população do Vale do Jequitinhonha residir no campo, em contraste com a tendência do restante do estado e também do país.

Tabela 4-Síntese dos indicadores sociodemográficos-Minas Gerais/Vale do Jequitinhonha.

Minas Gerais	1991	2000
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	26,39	18,22
Anos Médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	3	3
Índice de Desenvolvimento Humano	0,632	0,719
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	39,16	31,13
Esperança de vida ao nascer	65	70
Taxa de fecundidade	2,69	2,23
Vale do Jequitinhonha		
Taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais)	40,99	28,6
Anos médios de estudo (população de 25 a 64 anos)	3	4
Índice de Desenvolvimento Humano	0,554	0,65
Taxa de mortalidade infantil (por mil)	48,15	43,9
Esperança de vida ao nascer	63	66
Taxa de fecundidade	4,7	3,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

A taxa de Mortalidade infantil, importante indicador das condições Gerais de vida e saúde, utilizada de forma recorrente na avaliação do nível de Desenvolvimento de uma região ou segmento populacional, ainda é muito elevada no Vale do Jequitinhonha. Em 1991, aproximadamente 48% das crianças nascidas no Jequitinhonha não completavam um ano de idade. Mesmo com a redução desse valor para 43,9% nascidos vivos em 2000, apesar de elevada em números absolutos, a redução da taxa de mortalidade infantil (TMI) no Jequitinhonha para o período

considerado seguiu a mesma tendência apresentada por Minas Gerais e pelo Brasil⁵, fruto da melhoria das condições sanitárias como esgotamento e água tratada, aliado a programas governamentais de ampliação do acesso à saúde pública na região.

Essa melhoria repercutiu na elevação da esperança de vida, entre 1991 e 2000, que obteve um crescimento de 4%.

2.4.2 Os indicadores socioeconômicos

Os indicadores socioeconômicos servem para traduzir o comportamento, as tendências das diferentes variáveis e fenômenos sociais e econômicos de um país, região ou estado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma das principais referências para mensurar o nível de desenvolvimento de uma determinada localidade. O IDH é formado através da aglutinação de indicadores sociais e econômicos como à saúde, educação e renda. (JANNUZZI, 2009, p. 121).

Mesmo que esse indicador consiga unificar múltiplas faces da realidade social, ele “costuma incorrer em perda crescente de proximidade entre conceito e medida e de transparência para os seus potenciais usuários”, pois suas variáveis são resultantes de processos sociais complexos” (JANNUZZI, 2009, p.22).

Apesar das possíveis incorreções apresentadas na análise do IDH, o mesmo é um indicador utilizado na caracterização das condições gerais de bem-estar, de vida ou nível socioeconômico dos grupos sociais.

De acordo com dados do IBGE, tabulados na tabela 2, em 1991 a mesorregião do Jequitinhonha alcançou o IDH de 0,554, contra 0,650 em 2000. Em 1991, aproximadamente metade da população local não se encontrava apta a ler ou escrever, o que representava um universo de 329.119 pessoas analfabetas. No ano de 2000, o analfabetismo do Vale do Jequitinhonha foi reduzido substancialmente, mas ainda permaneceu muito baixo em relação ao estado de Minas Gerais.

Outro indicador utilizado na elaboração do IDH, a esperança de vida ao nascer, permite analisar as condições de saúde da população, bem como identificar os diversos riscos de mortalidade entre homens e mulheres (JANNUZZI,2009, p.74). Pela tabela 2

⁵ Segundo o Ministério da Saúde, de 1990 a 2007 a taxa de mortalidade infantil(TMI)no Brasil apresentou tendência de queda, passando de 47,1/1000 nascidos vivos em 1990 para 19,3/1000 em 2007 com uma redução média de 59%.

entre 1991 e 2000, a esperança de vida no Vale do Jequitinhonha foi acrescida de três anos, passou de 63 para 66 anos, valores inferiores ao Brasil e ao estado de Minas Gerais.

Tabela 5

Renda Percapta Media (R\$) e coeficiente de Gini-Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha

Unidade	Renda Percapta Media(R\$)		Coeficiente de GINI	
	1991	2000	1991	2000
Minas Gerais	193,6	276,6	0,61	0,61
Vale do Jequitinhonha	76,56	105,98	0,55	0,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censos Demográficos 1991 e 2000 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Quanto à renda per capita média verificou-se no Vale do Jequitinhonha um crescimento de 38,4% entre 1991 a 2000, em Minas Gerais o crescimento foi de 42,8% no mesmo período. De acordo com dados censitários, a renda per capita média no Vale foi de R\$76,56 em 1991 e passou para R\$105,98 no ano 2000, ao passo que no estado os valores foram de R\$193,60 em 1991 e R\$276,60 em 2000. Ainda no período 1991 a 2000, a desigualdade de renda no Vale do Jequitinhonha elevou-se, o que se observa por meio do Coeficiente de Gini: de 0,55 em 1991 esse coeficiente passou a 0,60 em 2000. No vale do Jequitinhonha não houve aumento na concentração de renda, tendo em vista que o Coeficiente de Gini não sofreu alteração.

2.5 Grupos de Oportunidades Locais-GOLDS

Esta seção tem como objetivo discutir o conceito dos Grupos de Oportunidade Local e sua importância como instrumento de ação pública na geração de renda e melhoria na qualidade de vida de seus integrantes. Ele será caracterizado com base em um estudo de caso relativo a seu desenvolvimento no município de Itinga, devido à importância dessa ação coletiva para os seus integrantes e para o desenvolvimento socioeconômico do município em estudo.

2.5.1. Redes de Desenvolvimento e Grupos de Oportunidades Locais(GOLDS)

Itinga é um município de pequeno porte, localizado na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, nordeste mineiro, tido como uma das mais pobres dentre as mesorregiões do estado mineiro. Os Grupos de Oportunidade Locais - Golds estão presentes no município de Itinga, tendo como capital inicial para integração ao grupo o recurso do Programa Bolsa Família. Os Golds proporcionam aos seus integrantes geração de renda, através da Poupança Comunitária, garantindo o atendimento das necessidades básicas, situações de emergência, alavancando empréstimos externos feitos na comunidade, além de independência financeira que o trabalho direcionado para a educação financeira⁶pode lhes proporcionar.

De acordo com o Banco Central(2005), o conceito de educação financeira pode ser entendido como o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos produtos e situações financeiras. Com informação, formação e orientação clara, as pessoas se tornam capazes de identificar as oportunidades e riscos necessários no mercado financeiro, conseguindo, através destas escolhas, serem capazes de optar por melhores condições de vida e bem-estar.A partir da metodologia dos Grupos de Oportunidades Locais (GOLDS), implantadapela visão Mundial⁷ em 2011, os programas GOLDS foram implementados em pequenos municípios,com o objetivo de reduzir o nível de pobreza de famílias brasileiras no nordeste e no estado de Minas Gerais. O processo consiste em reuniões periódicas com

⁶ Segundo Gallery et al. (2011, p.288), educação financeira é "a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro". Para Lelis (2006), a importância da educação financeira está na abrangência de informações de como aumentar a renda, reduzir despesas e gerenciar fundos. Em síntese, a educação financeira é utilizada como ferramenta para a pessoa administrar o próprio dinheiro.

De acordo com o Banco Central(2005), o conceito de educação financeira pode ser entendido como o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos produtos e situações financeiras. Com informação, formação e orientação clara, as pessoas se tornam capazes de identificar as oportunidades e riscos necessários no mercado financeiro, conseguindo, através destas escolhas, serem capazes de optar por melhores condições de vida e bem-estar.

⁷Visão Mundial, uma organização não-governamental humanitária cristã que tem como objetivo ajudar aqueles que mais necessitam. Atua há 42 anos no Brasil ajudando crianças e adolescentes a terem acesso a programas sociais que levam educação, lazer e saúde às comunidades mais carentes do País. (Visão Mundial,2014).

dez a vinte integrantes da mesma rua, bairro ou comunidade, que discutem os problemas e dificuldades locais, buscando levantar soluções por meio da ação coletiva. (Relatório Visão Mundial,2014).

De acordo com relatório Visão Mundial 2014, a metodologia GOLD é baseada no modelo do Self-Help Group (SHG), desenvolvido no sudeste da Índia pela Hand in Hand (HIH), organização não governamental de microfinanças. O SHG ajuda as comunidades a gerar renda, ao mesmo tempo em que atendem aos mais pobres da sociedade com financiamento, educação empreendedora, alfabetização e serviços de microfinanças.

O relatório da Visão Mundial publicado em 2014, esclarece três pontos de concentração da metodologiad os GOLDS:mobilização social, concessão de crédito e desenvolvimento de negócios. Através de duas ações, as etapas vão sendo executadas sequencialmente.Na primeira ação, os encontros levantam temas sociais, culturais e, subsequencialmente, são introduzidas questões que possam atacar os problemas locais como por exemplo o empreendedorismo.Nesses encontros as discussões geralmente têm como foco o empobrecimento das pessoas, assim como as capacidades locais.

Com a integração aos GOLDS, os empreendedores se fortalecem e percebem a importância de se reunirem, de pertencerem a um grupo. O acesso ao crédito é coletivo, assim como o aval. Se um participante do grupo não quita o crédito, todos respondem solidariamente pelo mesmo, incluindo ações coletivas como rifas, bingos e demais para arrecadar fundos (Visão Mundial, 2014).

A metodologia ainda estimula o hábito de poupar em grupo, sendo um recurso de organização e de planejamento de longo prazo, além de estimular o uso de crédito entre eles. Para isso, é escolhido o tesoureiro do grupo, bem como as quantias que serão poupadas, a fim de desenvolver e impulsionar o crescimento do grupo e de seus integrantes (Visão Mundial,2014).

Tratar dos Grupos de Oportunidade neste estudo é falar de uma política pública centrada no aspecto social e econômico, que tem como objetivo contribuir para que as pessoas tenham melhores condições de vida, subsídio para necessidades emergenciais, servindo como ponte para o crescimento humano, a partir da realidade local vivenciada no município de Itinga.

2.6 Desenvolvimento Local Comunitário

2.6.1 Ações Práticas Comunitárias

As ações práticas comunitárias têm um papel decisivo no processo de desenvolvimento local dentro de uma perspectiva socioeconômica. Com efeito, uma comunidade, coordenada e gerenciada por um líder, é capaz de desenvolver-se de modo sustentável, tendo consciência da interdependência de seus integrantes, sabendo da importância que cada um tem no processo de socialização e desenvolvimento pessoal.

Essa conscientização não acontece de forma espontânea, ela passa por um processo de formação social com a participação de todos os integrantes, com o objetivo de selecionar líderes para dar continuidade ao processo de desenvolvimento local dentro de cada realidade vivenciada.

É preciso, contudo, esclarecer que o surgimento de um processo de liderança não irá resolver todos os males da comunidade, mas com a identificação de um líder local, é possível considerar a capacidade de pessoas serem agentes de sua história, empreendedoras, criativas, inovadoras. Uma liderança que busque a realização de suas necessidades e a cooperação da comunidade, ao criar laços de confiança entre as pessoas, organizando-as em redes e em parcerias, em torno de valores e objetivos comuns. Essa capacidade de liderar um grupo vai depender fundamentalmente de ações coletivas, ações que visam melhorias nas condições de vida de seus participantes.

De acordo com relatório da Visão Mundial, publicado no ano de 2014, o desenvolvimento local existe quando as pessoas veem a necessidade de se agrupar, de se organizar coletivamente. É importante conscientizar as pessoas de que as ações coletivas fazem parte de um processo de crescimento humano, plausível de proporcionar uma mudança de vida para o grupo.

Organizar-se e trabalhar com ações coletivas demanda compreender algumas das concepções que dão base ao grupo:

a) Impulsionar a importância das reuniões comunitárias, como um espaço de compartilhar experiências, vivências de vida, desenvolvendo a visão da importância da ação coletiva;

b) Proporcionar a importância de pertencer a uma comunidade, um grupo social;

c) Planejar as oportunidades, desenvolver ações que previnam atuais e futuras ameaças que possam dificultar o crescimento comunitário;

d) Projetar os objetivos, metas, com fins econômicos, socioculturais, preocupando sempre com o conceito de sustentabilidade;

e) Discutir as estratégias dentro das perspectivas analisadas, tendo como foco obter vantagens competitivas para a comunidade.

Segundo relatório Visão Mundial, 2014, para garantir o sucesso do desenvolvimento local sustentável, as concepções apresentadas devem obedecer a padrões que permitam o desenvolvimento dessas concepções, padrões como:

i) Contínuo e flexível-adaptar ao meio sem perder o foco do desenvolvimento e da sustentabilidade;

ii) Ambientalista e sustentável- os planos devem ser elaborados observando os critérios ambientais, tendo como contrapartida inicial os princípios que sustentam os recursos naturais e culturais, tendo como visão a não degradação desses recursos, contribuindo para um ambiente sustentável e saudável;

iii) Comunitário-buscar, incentivar a plena participação de toda a comunidade, levando a conscientização da ação coletiva, como ponto central de partida;

iv) Realístico e Exigível- comprometimento com o planejado;

v) Planejamento Estratégico- os projetos são desenvolvidos com ações estratégicas, visando planejamento de curto e longo prazo.

Partindo do pressuposto de que todos esses aspectos surgem através de ações coletivas, o processo de desenvolvimento local sustentável deverá abranger seguindo três condições: a primeira seria otimizar a gestão e a utilização de recursos; a segunda sugere ordenar eficientemente o território e suas atividades e, a terceira, distribuir equitativamente os bens, serviços e oportunidades entre a população.

Toda comunidade possui seus bens. O papel das ações desenvolvidas coletivamente é o direcionar as iniciativas dos integrantes da comunidade para o crescimento, desenvolvimento, proporcionando-lhes melhores condições de vida, procurando elevar o nível do índice de desenvolvimento humano (IDH), motivando os níveis de autoestima e crescimento pessoal de seus integrantes.

2.6.2 Poupança Comunitária

A origem da poupança comunitária, de acordo com relatório publicado pela Visão Mundial, no ano de 2014, foi na Índia nos anos de 1970, a partir um grupo de mulheres de baixa renda e condições vulneráveis de vida. Essas mulheres, através de ações coletivas, decidiram se unir e poupar o pouco dinheiro que sobrava de suas necessidades básicas diárias. O intuito era de construir um fundo de amparo para nos momentos emergenciais.

Segundo esse mesmo relatório publicado pela Visão Mundial em 2014, além das conquistas financeiras, essas mulheres perceberam a capacidade de se organizarem em grupos e o poder das ações coletivas para o crescimento humano. Foi a partir de então que o movimento ganhou força na Índia e ultrapassou fronteiras, conquistando adeptos na África e no Brasil, disseminado pela SDI (Slums Dweller International - Organização Internacional de Moradores de Submoradias), cuja rede é composta por 32 países na África, Ásia e América Latina. Essa organização internacional é formada por uma rede independente de entidades da sociedade civil e iniciativas populares estruturadas a partir da autogestão. No Brasil, ela é representada pela Rede Internacional de Ação Comunitária (interação), associação, pessoa jurídica de direito privado e sem fins econômicos, fundada em dezembro de 2004, em São Paulo, Brasil.

Cada Grupo formado tem um objetivo comum, sendo um número variável de integrantes, com três tesoureiros eleitos dentro da comunidade. Os encontros são periódicos, não há valores estipulados para poupar, variam de acordo com cada realidade local. (Relatório visão Mundial, 2014).

Com a organização ativa dos grupos, os poupadores passam a antecipar situações emergenciais, assim como discutir gastos e gestão de recursos que frequentemente evoluem para assuntos como planejamento, estratégias de atuação e negociações com o poder público, bem como possíveis parceiros. (Relatório visão Mundial, 2014)

CAPÍTULO 3

Caracterização do Município de Itinga-Estudo de Caso

Este capítulo tem como objetivo a caracterização do Município de Itinga, estudo de caso com beneficiários do Programa Bolsa Família, que através da política de geração de renda, se organizam enquanto grupos, para desenvolver as potencialidades sociais e econômicas existentes. Neste contexto, surgem os Grupos de Oportunidade Local (GOLDs), como resultado das ações coletivas desenvolvidas pelo município.

Itinga é um município brasileiro localizado no interior do estado de Minas Gerais. Caracterizada como uma região de relevos, de clima úmido e quente no verão, seco e frio no inverno, o município conta com uma população de 15.147 habitantes, conforme estimativa do IBGE de 2017, em uma área de 1.640,657 km², no Vale do Jequitinhonha, nordeste mineiro. Foi fundada em 10 de agosto de 1810 e conquistou sua emancipação em 31 de dezembro de 1943 (IBGE, 2017).

O município tem dois principais povoados, o do Pasmadinho e da Ponte do Pasmado (atualmente se chama Vila Teixeira), além do distrito de Jacaré e, mais recentemente, foi criado pela administração 2013/16 o distrito de Taquaral de Minas. É constituído por várias comunidades, dentre as quais: Piauí, Humaitá, Laranjeiras, Córrego dos Veados, Teixeira 1 e 2, Campo Queimado, Itinguinha, Corrente. Água Fria, Capão, Gangorra, Campestre, São Bento, Olhos D'água, Santo Antonio das Pindobas, Jenipapo, Lagoa Escura, entre outros (PINTO, 2009).

Conforme Pinto (2009), Itinga possui um dos subsolos mais ricos em minérios da região, além da produção de rochas ornamentais. A turmalina é a pedra preciosa que impulsiona o comércio de algumas comunidades do município, sendo que Taquaral, às margens da BR 367, com vários garimpos, destacando-se como principal ponto de comércio de pedras preciosas no município de Itinga.

3.1. Perfil Socioeconômico do Município de Itinga

Inicia-se esta discussão com alguns indicadores que nortearam os fundamentos empíricos desta pesquisa. Para uma maior compreensão desta seção, será feita análise baseada no aspecto social e econômico do município em estudo.

3.1.1. Aspecto Econômico

Para apresentar os aspectos econômicos do município de Itinga, utilizou-se alguns elementos, sendo o PIB um deles. O PIB de Itinga, referente ao ano de 2014, foi de R\$ R\$ 114.652.000,00 e o PIB per Capita de R\$ 7.637,37. Os dados apresentados no gráfico 3 ilustram que, a economia de Itinga, em Minas Gerais, possui como principais setores econômicos o de serviço, com um PIB de 31.232,00 seguido pelo da indústria, com PIB de 20.220,00.

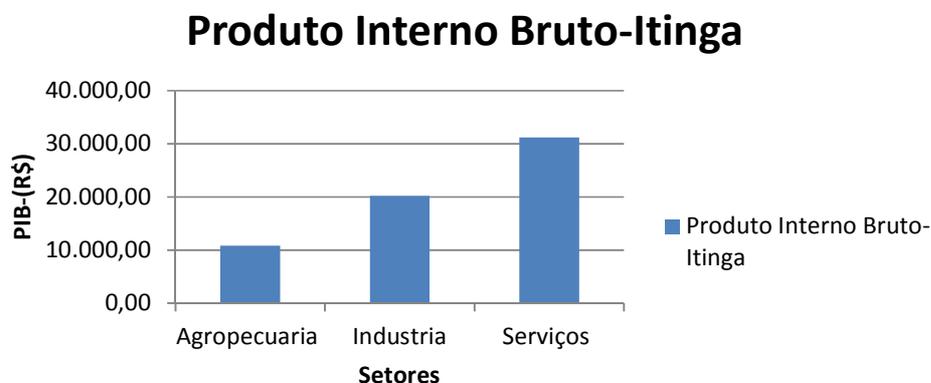


Gráfico 3 - Produto Interno Bruto -PIB (R\$) - Itinga 2014.
Fonte: Dados coletados IBGE, 2013.

Distribuição do PIB-Itinga

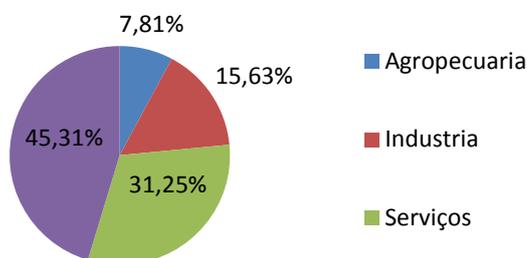


Gráfico 4 - Distribuição do PIB de acordo com setores no Município de Itinga
Fonte:Dados coletados IBGE, 2013.

De acordo com os dados do gráfico 4, em 2013 a distribuição do PIB era repartida da seguinte proporção: 7,81% no setor agropecuário, no setor industrial 15,63%, no setor serviços 31,25% e administração e serviços públicos 45,31%. O PIB concentra-se no setor público, sendo que o mesmo é responsável por grande parte do emprego e renda do município. Percebe-se uma localidade em que grande parte de sua população sobrevive da renda gerada através do setor público.

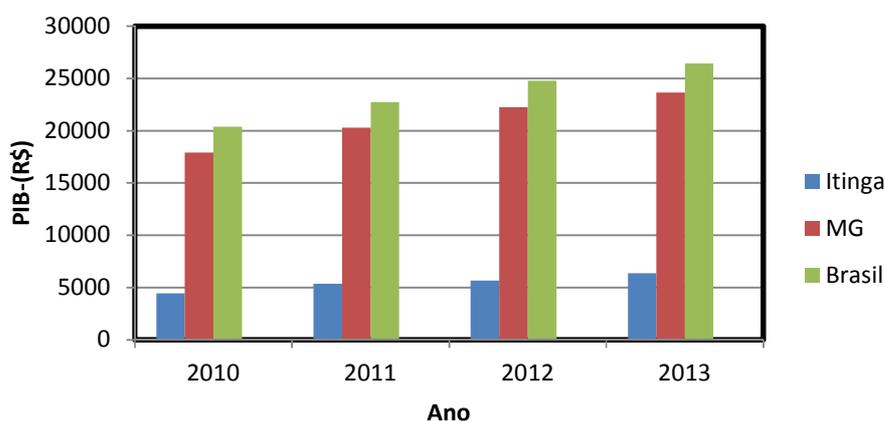


Gráfico 5 - PIB (R\$) para os anos de 2010 a 2013 Itinga, Minas Gerais e Brasil.
Fonte:Dados coletados IBGE, 2013.

Comparando PIB de Itinga com o Estado de Minas Gerais e do Brasil o PIB teve crescimento no Índice de desempenho economico maior do que o apresentado no Brasil nos anos de 2010 a 2013, Entre os anos de 2010 a 2011 houve um crescimento de 20,63%, já entre os anos de 2011 a 2012 foi de 5,38%; já para o ano de 2012 a 2013 o crescimento apresentado foi da ordem de 12,69%. No Brasil esta evolução do PIB conforme demonstrado no grafico 3, respectivamente:11,59% no ano de 2010 a 2011; 8,99% entre 2011 a 2012 e, entre os anos de 2012 a 2013 6,74% .Já para o estado de Minas Gerais percebe-se que nos anos de 2010 a 2011 há uma elevação de 11,11%, nos anos de 2011 a 2012 verifica-se também uma elevação de 12,5%, e para o ano de 2012 a 2013 houve redução de 6,6%. Do observado para o respectivo periodo 2010 a 2013 o município de Itinga apresentou crescimento do PIB de 43,3% enquanto Minas Gerais e Brasil o PIB cresceram 31,96% e 29,82% respectivamente. Em Itinga para o ano de 2010 a 2013 o Setor de serviços apresentou indicador de maior crescimento.

Embora Itinga vem apresentando crescimento do PIB, conforme mostrado anteriormente, Itinga é um município pobre e, a análise do IDH⁸Índice Desenvolvimento Humano ajuda a caracterizar as condições em que se encontra o município.

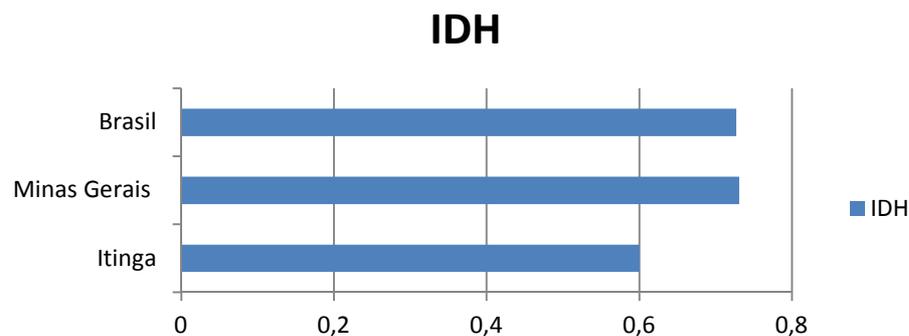


Gráfico 6 - Índice de Desenvolvimento Humano-IDH Itinga, Minas Gerais e Brasil.
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD 2010.

⁸O IDHM do Brasil é calculado a partir de indicadores que são extraídos diretamente da base de dados dos censos, considerando todas as pessoas do país. Para a construção do IDHM, todos os indicadores componentes são transformados previamente em índices, que variam entre 0 a 1. Existem três instrumentos para análise do IDHM. São eles: IDHM educação, IDHM longevidade e IDHM renda.

Itinga apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de 0,6. Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é a localidade, município, o estado e ou o país. A média mundial dos 188 países avaliados em 2014 foi de 0,702. Itinga, com um IDH de 0,6 se aproxima da média deste indicador. Embora apresente indicadores de pobreza já exibidos anteriormente, Itinga esta proximo de chegar a um bom indicador de desenvolvimento econômico, um dos fatos para explicar estes indicadores é o crescimento da geração da renda.

De acordo com o Atlas Brasil, 2013, as faixas de desenvolvimento humano são muito alto: 0,800-1,000; Alto:0,700-0,799; Médio:0,600-0,699; baixo:0,500-0,599 e Muito baixo: 0,000-0,499. Itinga exhibe indicador de 0,6, apresentando indicador de IDH Medio.

É de grande importância para compor a análise dos dados economicos e sociais apurados nesta pesquisa considerar o Rendimento Domiciliar⁹ Per capitado município de Itinga.

Rendimento Domiciliar Per Capita 2010

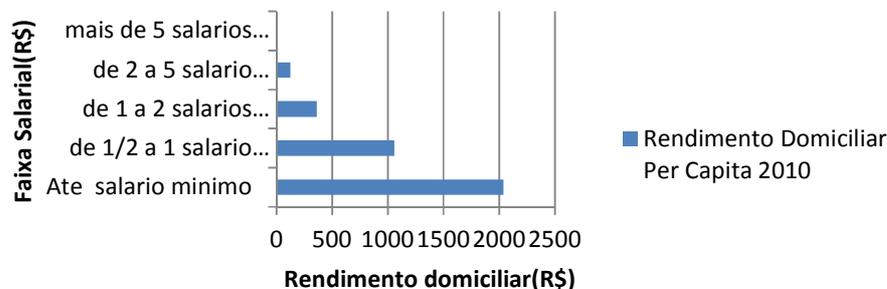


Gráfico 7- Rendimento Domiciliar Per Capita 2010 Itinga.
Fonte: Programa das Nações unidas para o Desenvolvimento-PNUD 2010.

De acordo com dados projetados no grafico 7, 2.038 familias em Itinga vivem com renda de até 1 salário mínimo. A maior parte dos moradores sobrevive com renda inferior a 1/2 salário. No entanto, o PIB per capita do município de Itinga em 2014, era de R\$ 7.637,37.

⁹Segundo classificação do IBGE, o Rendimento domiciliar é a divisão dos rendimentos domiciliados pelo total de moradores.

Prosseguindo com as análises econômicas apresenta-se o perfil da população do município de Itinga, mostrando percentual de homens e mulheres, classificados na área urbana e rural.

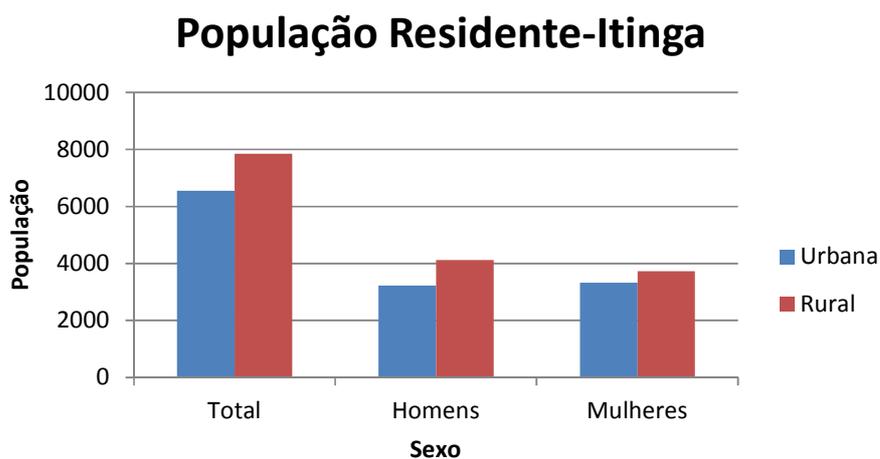


Gráfico 8 - População residente por situação do domicílio e sexo 2010
Fonte: Dados coletados IBGE, Censo demográfico, 2010.

De acordo com dados do gráfico 8, a maior parte do percentual da população é da zona rural tanto de homens, quanto de mulheres, percebe-se uma concentração de elevação da população voltada para a área Rural entre ambos os sexos. A mesma se dedica a produção primária. Todavia, conforme as informações exibidas em análises anteriores a economia deste município não se sustenta no setor agrícola, mas no setor público. Embora 54,5% da população está concentrada na área rural, faltam investimentos que visem geração de renda, para que o setor agrícola possa colaborar no desenvolvimento econômico do município.

3.1.2.Aspectos Sociais

Para Análise do desenvolvimento do Município de Itinga, faz-se necessário apuração de dados econômicos e sociais para caracterização do mesmo. Os aspectos sociais aqui levantados foram: educação, população e mortalidade infantil, tido como indicadores importantes para medir desempenho e crescimento local.

Em relação aos indicadores de educação, o IDEB¹⁰ foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação para medir a qualidade de ensino no território nacional.

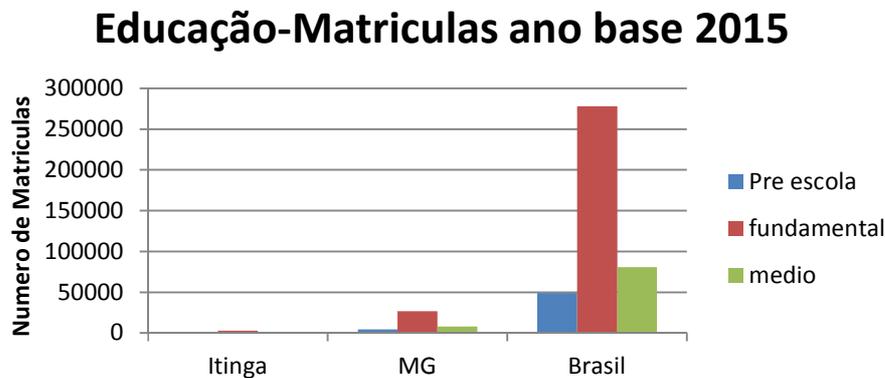


Gráfico 9 - Educação - Matrículas por nível ano 2015.
Fonte: Dados coletados INEP-Censo Educacional 2015.

Atualmente, a educação constitui um dos principais temas de discussões e reflexões de órgãos governamentais e sociedade civil. Estas discussões devem-se ao fato de abranger questões sociais, econômicas, políticas e culturais dos diferentes países que veem na educação formal o caminho das mudanças estruturais da sociedade.

De acordo com o gráfico 9, a educação de nível fundamental apresenta maior indicador do que os demais níveis pre escola e medio. Tanto na esfera municipal, quanto na estadual ou na federal percebe-se maior número de matrículas do nível fundamental.

Segundo dados do IBGE, no ano 2015, os alunos do município de Itinga dos anos iniciais da rede pública tiveram nota média de 5.3 no IDEB. Para os alunos dos anos finais,

¹⁰ O Ideb é medido a cada dois anos e apresentado numa escala que vai de zero a dez.

essa nota foi de 4.1. Na comparação com municípios do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava o município de Itinga na posição 738, entre 853 cidades. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 681 de 853. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.8% em 2010. Isso colocava o município na posição 615 de 853, dentre as cidades do estado e na posição 3870 de 5570, dentre as cidades do Brasil.

O Ideb é medido a cada dois anos e apresentado numa escala que vai de zero a dez.

No total, o Ideb estabelece notas para 46 mil escolas públicas do país e, considerando os resultados, aponta quais escolas precisam de investimentos e cobra resultados. Para uma escola ser considerada de bom nível, ela precisa ter uma nota igual ou maior a 6.

O Gráfico 10, apresenta análise da População de Itinga por grupo de idade, sendo dividido em 3 grupos: idade de 0 a 14 anos; 15 a 59 anos e 60 anos ou mais.

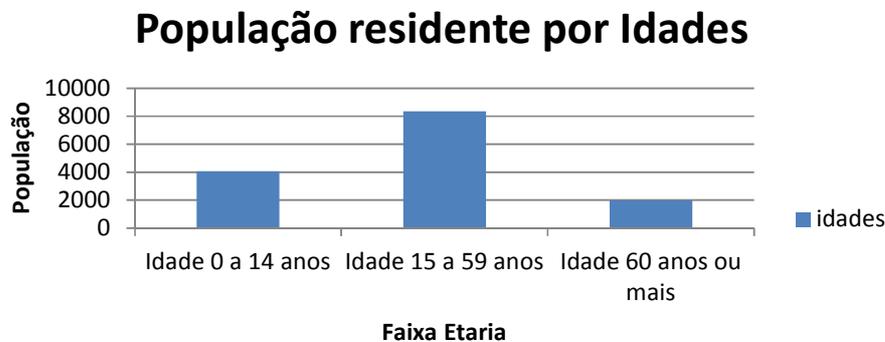


Gráfico 10 - População residente por grupo de idade - 2010
Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010.

Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, Itinga apresenta uma população mais jovem. Dados mostram que 28% da população tem até 14 anos, 58% de 15 a 59 anos e 14% de 60 anos ou mais.

Após análise descritiva da população de Itinga, faz-se comparativo entre domicílios e população residente no município em estudo.

População residente e domicílios

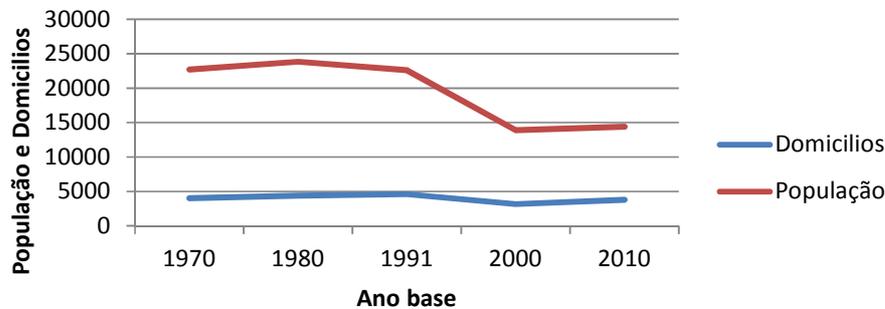


Gráfico 11 - População residente e domicílios 1980 - 2010
Fonte: IBGE, Censo demográfico, 1970/2010.

Percebe-se que para os anos de 1970 a 2010 o número de domicílios vem reduzindo. Essa redução acompanha a população, que obteve uma redução de 36,56% do ano de 1970 para o ano de 2010. Itinga apresenta um número ainda elevado de pessoas sem domicílios. Os dados expostos no gráfico 11 acima mostram que, em 1970, para uma população de 22.710 pessoas, 4.007 apresentam domicílios; já em 1980, aumenta a população para 23.839 e, mesmo aumentando o número de domicílios, ainda é pequeno para atender a toda a população.

Outro aspecto a ser analisado quando está a se considerar os aspectos sociais de um município é a taxa de mortalidade ou coeficiente de mortalidade. Este indicador pode ser interpretado como um índice demográfico que reflete o número de mortes registradas, em média por mil habitantes, em uma determinada região em um período de tempo. Segue demonstração gráfica desta taxa para o Município de Itinga entre os anos de 2008 a 2014.

Taxa de Mortalidade Infantil

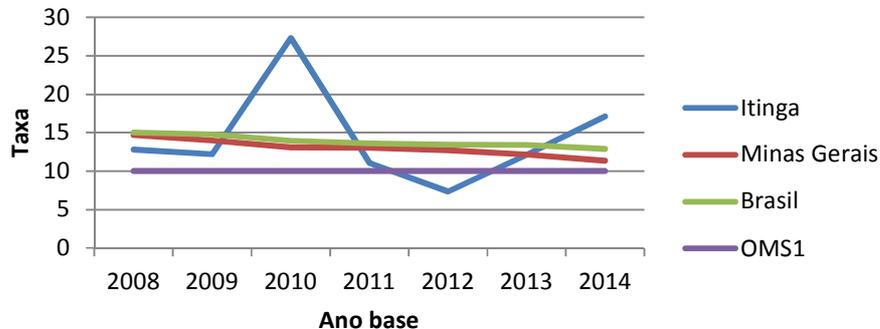


Gráfico 12 - Taxa de Mortalidade Infantil 2008 - 2014

Fonte:Ministerio da saude, Datasus 2008-2014.

Nota: Valor Considerado aceitável pela Organização Mundial de Saude-OMS.

Percebe-se que, em 2010, Itinga apresentou uma elevada taxa de mortalidade infantil, observa-se no grafico que em 2013 e 2014 esse indicador apresenta 27,32 de indice de crescimento. A partir de 2011, esse indicador apresenta reduções no decorrer do período. Percebe-se que essa redução pode ser visualizada tanto em Minas Gerais como no Brasil, e está chegando bem próxima do considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que é o indicador 10. Alguns motivos para essa redução são melhoria do saneamento basico dos municipios, agua domiciliar encanada e tratada, concientização das campanhas nacionais de Vacinação e teste do pesinho.

Itinga, cidade objeto desta pesquisa conforme aspectos observados no âmbito economico e social, pode ser caracterizado como um municipio de pequeno porte, com uma renda per capta de ate 1/2 salário minimo para a maior parte da população.

Itinga apresenta IDH classificado como médio, para os anos de 2000 a 2010, indicador de 0,6. Esse crescimento é importante para o município, tendo em vista que quanto mais próximo de 1 for o IDH, maior possibilidade de desenvolvimento para a localidade, proporcionando melhores condições de vida para sua população.

O PIB apresentou crescimento de 43,3% nos anos de 2010 a 2013, se esse crescimento se sustentar no longo prazo há possibilidade de melhoria do desempenho econômico do município. Inclusive, é importante salientar que, o município de Itinga apresenta IDH médio de 0,6. Pela análise desse indicador, pode ser um indicativo de possibilidade de desenvolvimento para a localidade, ao proporcionarmelhores condições

de vida para sua população. Embora, é preciso discutir essa questão com parcimônia, dado que a distribuição de renda no município de Itinga é desigual, com grande parte de sua população recebendo renda abaixo de meio salário mínimo. Não obstante, às melhorias no indicador educacional - IDEB do município, que de 2007 a 2013 apresentou evolução de 3 para 4,8, ficando próxima do patamar educacional nacional, cuja nota é 6.

A taxa de mortalidade infantil para os anos de 2008 a 2014 apresenta redução no seu indicador, o município em 2010 apresentou uma taxa de mortalidade infantil de 27,32. Essa taxa vem reduzindo para os anos subsequentes, se aproximando de 10, taxa padrão aceitável pela Organização Mundial de Saúde-OMS.

Em síntese, percebe-se evolução em todos os índices observados para o município em estudo. Essa evolução se justifica devido a ampliações de políticas públicas, que visam melhores condições de vida, como o Programa Bolsa Família, ofertas de serviços básicos à população como saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo.

Em contrapartida, o município apresenta incidência de extrema pobreza, embora o indicador de pobreza no município não venha impactando na evolução dos índices observados.

3.2. Procedimentos metodológicos do estudo de caso sobre a evolução dos programas de transferência de renda e GOLDS no município de Itinga

3.2.1. Método de análise dos dados referentes à pesquisa de campo

Nesta seção, busca-se apresentar o embasamento teórico-metodológico utilizado na construção e desenvolvimento deste trabalho. Apresenta-se as informações sobre a composição da amostra.

Em seguida, busca-se apresentar como será desenvolvida a pesquisa, explicitando os instrumentos utilizados. Foi realizada uma pesquisa de campo com os Grupos de Oportunidade Local e beneficiários do Programa Bolsa Família, no Município de Itinga.

A importância dessa pesquisa para o trabalho foi investigar se os indicadores de pobreza em Itinga têm sido amenizados a partir da inclusão de sua população em Programas de Transferência de Renda, como o Programa Bolsa Família, além de analisar

se os benefícios gerados pelo programa corroboram para uma atuação mais efetiva dos beneficiários nos grupos solidários locais.

A base de dados usada para o desenvolvimento da pesquisa consistiu na análise de microdados coletados junto à Prefeitura Municipal de Itinga, através do Cadastro Único, bem como na aplicação de questionário junto a Integrantes dos Grupos de Oportunidade local (GOLDs).

As entrevistas foram presenciais para todos os integrantes dos Grupos de Oportunidade Local, sendo orientadas por formulário do tipo semi-estruturados, com perguntas focadas ou temáticas, abertas e fechadas, previamente selecionadas para serem apresentadas aos respondentes (GIL, 1994; YIN, 2001).

Entende-se como entrevista semiestruturada:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

É preciso ter claro o foco da pesquisa e levar em conta o que foi estudado anteriormente nas categorias explicativas da realidade. Assim, a entrevista pode fluir de acordo com o que se buscava investigar, trazendo novos conteúdos que enriquecem o trabalho.

Os cuidados com planejamento e condução das entrevistas serão tomados de forma a preservar a qualidade dos dados coletados e evitar influência nas respostas coletadas, ou mesmo inibir o respondente, deixando-o livre e aberto para responder o que lhe é perguntado, de modo a evitar que os mesmos se sintam ameaçados ou intimidados (MINAYO, 2002).

É importante observar ainda que:

A entrevista não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma situação de interação na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador” (MINAYO, 1999, p. 114)

As entrevistas passaram por um pré-teste para serem observados os seguintes critérios: “a compreensão das questões, a verificação de dúvidas e das dificuldades no

preenchimento, a necessidade de introdução ou supressão de perguntas” (BARROS e LEHFELD, 2000, p. 53). A testagem foi realizada pela aplicação dos primeiros instrumentos que permitiram a avaliação e readequação dos mesmos.

O principal objetivo é analisar o comportamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família que compõem os Grupos de Oportunidades Locais e Desenvolvidos, através da Organização Comunitária no município de Itinga, tendo em vista a potencialização da Renda e sua contribuição para o Desenvolvimento Local Comunitário.

3.3. Caracterização do estudo

A escolha das famílias a serem pesquisadas no município de Itinga foi feita de maneira não probabilística. Estas famílias têm como aspecto homogêneo a vulnerabilidade.

A definição da amostra se deu de duas formas, sendo a primeira a amostra PBF com 2704 beneficiários no município de Itinga. Desse total foram selecionados 64 famílias que não participavam dos GOLDS.

A segunda amostra são os GOLDS, composto por 22 integrantes, dentro deste grupo selecionou uma amostra de 13, onde 5 recebiam BF e 8 não eram beneficiários do Programa.

A amostra total é não probabilística e é formada por 64 famílias.

No presente trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória, baseada em dados de natureza quantitativa, através de coleta de dados por meio de microdados coletados junto a Prefeitura Municipal de Itinga, através do Cadastro Único e entrevista com os integrantes dos GOLDS. A classificação da pesquisa como exploratória se dá com o intuito de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais visível, além de ser bastante flexível (GIL, 1989).

Subsequentemente à definição do método de pesquisa exploratória, segue-se a determinação dos procedimentos técnicos e metodológicos que efetivamente conduziram

a pesquisa. Em sua fase inicial, a pesquisa requereu a definição de um norte teórico, o qual deu suporte para análise dos resultados observados na pesquisa. Em sequência, a próxima fase consistiu em fornecer o planejamento da pesquisa, ou seja, como a pesquisa aconteceu. Para este fim, Gil (2008) na fase de delineamento da pesquisa o instrumento mais importante é a coleta de dados. Desta forma, nesta fase utilizou-se de vários instrumentos de coletas de dados.

Esta pesquisa está amparada pela pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa experimental (empírica), focada nos dados primários coletados junto à Prefeitura de Itinga e junto aos GOLDS, objeto deste estudo.

Ainda mantendo a coerência com o método escolhido, os dados quantitativos foram analisados separadamente, num primeiro momento, e, posteriormente, foi realizada uma análise conclusiva do conjunto dos dados como um todo.

3.4. Universo e amostra

A pesquisa foi desenvolvida no município de Itinga, localizado no Estado de Minas Gerais. Inicialmente, foram coletadas informações relativas ao número de beneficiários do Programa Bolsa Família do respectivo município.

Constata-se para este fim, que o total de beneficiários do PBF do município de Itinga foi de 2.704 famílias. Deste total, 5 integrantes estão inseridos em Grupos de Oportunidade Local, situados nas comunidades rurais do município de Mariozan e Laranjeira.¹¹ A seleção de tais comunidades ocorreu de maneira intencional; isto é, não aleatória.

Os grupos se iniciaram com 4 (quatro) componentes e outros membros foram ingressando posteriormente. A organização Comunitária vem sendo desenvolvida juntamente com oficinas de empreendedorismo para com os integrantes dos grupos. O fomento desses grupos é feito mediante acompanhamento periódico e planejamento de

¹¹ Para a análise empírica, foi considerado o estudo dos Grupos de Oportunidades Locais e Desenvolvimento (GOLD), existentes no Município de Itinga-MG, localizado no vale do Jequitinhonha. Esses grupos são constituídos por pessoas beneficiárias do Programa Bolsa família e não beneficiárias. A organização Comunitária desses grupos foi iniciada pela Associação dos Moradores e Amigos de Itinga. (estudos Visão Mundial, 2014).

ações de capacitações para seus integrantes, focadas na geração de renda e capacitações em educação financeira e organização social.

A metodologia usada por esses grupos é a educação financeira e a solidariedade.

Na perspectiva do Banco Central (2005), a Educação Financeira contribui de modo consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com a sustentabilidade. Desta forma, usando como ponto de partida inicial os Grupos GOLDS, é possível garantir o acesso a serviços financeiros por pessoas de baixa renda, gerando capacidades e oportunidades. O instrumento de poupança é utilizado como objetivo fim, ao possibilitar a estes indivíduos investir de forma produtiva, corroborando no enfrentamento de situações emergenciais, permite, a partir de pequenos valores poupados, formarem um fundo comum suficiente para fazer pequenos empréstimos internos para uso pessoal e coletivo, além de ser instrumento de geração de renda e emprego.

Neste estudo foram tratados os beneficiários do Programa Bolsa Família do município de Itinga, definidos por amostra não probabilística (n=64), utilizando dos microdados da Prefeitura Municipal de Itinga bem como das entrevistas efetuadas com os participantes dos GOLDS (Grupos de Oportunidade Local), no ano 2017, composto por beneficiários e não beneficiários do programa Bolsa Família, formado por 22 membros, porém, a amostra GOLD contemplou 13 participantes.

O método utilizado para análise dos dados observados na pesquisa foi um estudo de caso descritivo, baseado na pesquisa quantitativa, aplicada aos beneficiários ou não do Programa Bolsa família integrantes e não integrantes dos grupos GOLDS.

A pesquisa documental também foi realizada, por meio de relatórios internos, publicações, dados estatísticos, jornal, revistas e resultados de pesquisas já desenvolvidas, com o intuito de conhecer melhor os aspectos históricos dos Programas de Transferência de Renda, como o Programa Bolsa Família. Para Silva(2009), a utilização da pesquisa documental pode, totalmente ou parcialmente, suprimir a casualidade de alguma influência, ou seja, a interferência do pesquisador.

Quanto à análise e interpretação dos dados, a planilha eletrônica de dados de programa específico foi utilizada como principal meio para interpretar os dados

quantitativos coletados, bem como para registrar e manter em arquivos as informações e os dados da pesquisa.

3.5 Descrição das Variáveis de análise

Nome da variável	Variáveis dependentes	
	Significado	Fonte
Grupos de Oportunidade Local beneficiários do Programa Bolsa Família	Indivíduos participantes dos Grupos de ação local. Indivíduos beneficiários do bolsa família no ano de 2017.	CadÚnico
Grupos de Oportunidade Local não beneficiários do Programa Bolsa Família.	Indivíduos participantes dos Grupos de ação local.	Entrevistas aos integrantes dos GOLDs.
Beneficiários do programa Bolsa família sem pertencer aos Grupos de Oportunidade Local.	Indivíduos beneficiários do bolsa família no ano de 2017.	CadÚnico
Cômodos	Compartimento, coberto por um teto e limitado por paredes, que fosse parte integrante do domicílio particular permanente, com exceção de corredor, alpendre, varanda aberta, garagem, depósito e outros compartimentos utilizados para fins não-residenciais.	PNAD,2009
Água Encanada	Rede Geral - o domicílio servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, com canalização interna ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situava;	PNAD,2009

	<p>Outra - domicílio servido por água proveniente de poço ou nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou outra procedência que não se enquadrasse nas anteriormente descritas.</p>	
Banheiro	<p>Cômodo ou o local limitado por paredes de qualquer material, coberto, ou não, por um teto e que disponha de vaso sanitário ou buraco para dejeções.</p>	PNAD,2009
Iluminação	<p>Existência de iluminação elétrica nos domicílios particulares permanentes, independentemente de ser proveniente de uma rede geral ou obtida de outra forma.</p>	PNAD,2009
Coleta de Lixo	<p>Coletado diretamente O lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada;</p> <p>Coletado indiretamente Lixo depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhia;</p> <p>Outro - lixo é queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar ou outro destino que não se</p>	PNAD,2009

	enquadrasse nos anteriormente descritos.	
Escolaridade	Anos graus de estudo que possibilita a pessoa se classificar de acordo com etapas cumpridas durante o processo de educação.	PNAD,2009
Despesa Mensal	Gastos em dinheiro efetuados pelas famílias, além das realizadas através de cartões e cheques pré-datados.	PNAD,2009
Benefício Mensal	Recurso destinado a famílias de baixa renda.	PNAD,2009
Membros do Grupo familiar	Pessoas que compõem o grupo familiar.	PNAD,2009

Tabela 6: Variáveis utilizadas na Análise Empírica

Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

CAPÍTULO 4

Caracterização da Amostra de Pesquisa para beneficiários do Bolsa Família e Grupos GOLDS

Nesta fase da pesquisa, foram avaliados os resultados obtidos por meio da aplicação de questionário aos beneficiários dos GOLDs e os Microdados coletados junto à Prefeitura Municipal de Itinga, através do Cadastro Único. Com a análise dos dados, as informações obtidas permitiram a elaboração de uma série de conclusões que serão relatadas a posteriori.

4.1 Dados Gerais

Analisam-se os beneficiários do Programa Bolsa Família participantes dos grupos de Oportunidade Local(GOLDs), os beneficiários não participantes dos GOLDS e integrantes dos GOLDS não beneficiários.

Para isso, faz-se necessário considerar as variáveis explicativas que consistiram em dá suporte à compreensão do trabalho: cômodos da casa, água encanada, banheiro, coleta de lixo, iluminação, escolaridade, despesa mensal, benefício mensal e membros que compõem o núcleo familiar.

Tais variáveis tentarão responder ao problema oriundo desse trabalho: os beneficiários do Programa Bolsa Família participantes dos GOLDS, apresentam as oportunidades econômicas e sociais potencializadas por este programa de desenvolvimento local comunitário?

A partir dos dados, observa-se se há diferenciais nos dados coletados dos beneficiários do Programa Bolsa Família participantes dos GOLDS, beneficiários não participantes dos GOLDS e participantes dos GOLDS não beneficiários.

4.1.1. Caracterização dos Beneficiários GOLDS e não GOLDS

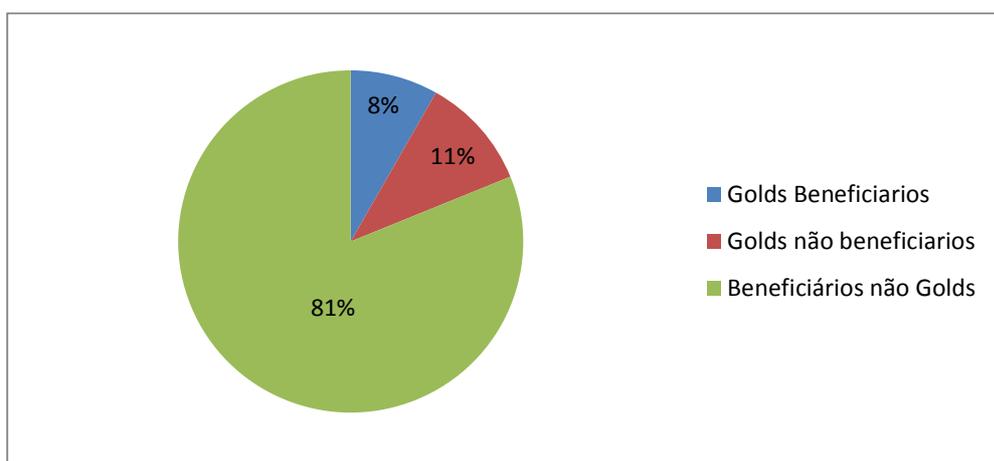


Gráfico 13: Caracterização dos Beneficiários GOLDS e não GOLDS ano 2017.

Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

De acordo com a amostra selecionada, 8% pertencem aos Grupos de Oportunidade Local e são beneficiários do Programa Bolsa Família, 11% pertencem aos

Integrantes dos Grupos de Oportunidade Local(GOLDs) e não são beneficiários do BF e 81% são beneficiários do Programa Bolsa Família não integrantes dos GOLDS.

Em relação às condições socioeconômicas dos usuários, seguem dados coletados:

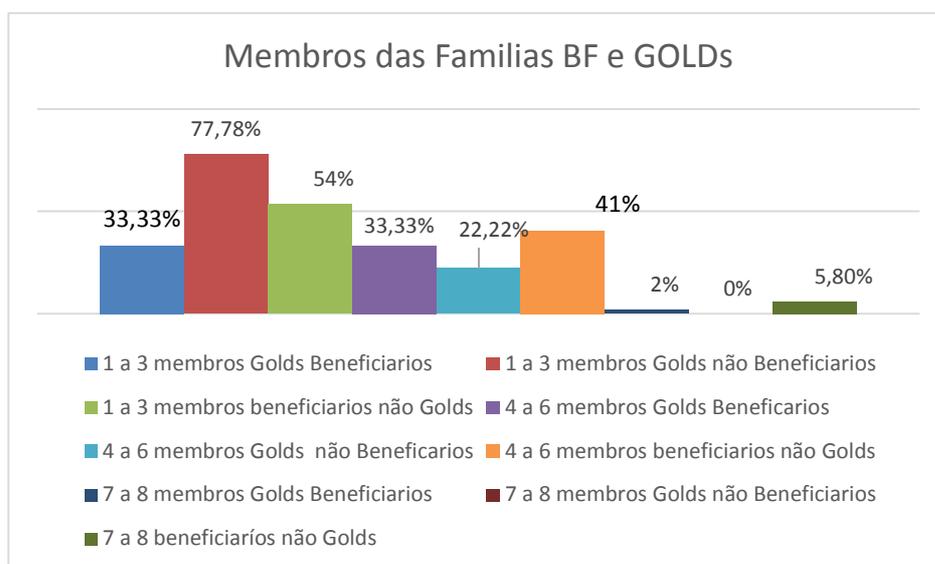


Gráfico 14:Numero de membros das famílias BF e GOLDS ano 2017.

Fonte:Dados da pesquisa coletados junto ao cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social.

No que se refere à composição familiar, os dados da pesquisa mostram que em 22,22% das famílias Golds não beneficiárias são formadas por quatro a seis pessoas, seguidas de 77,78%, formadas de uma a três pessoas. Em relação às famílias GOLDS com Bolsa Família observa-se que 33,33% das mesmas são formadas por sete a oito pessoas, 33,33% quatro a seis pessoas e uma a três pessoas permanecem com o mesmo percentual.

Já dentre os beneficiários não GOLDS, sete a oito pessoas apresentaram um percentual de 5,00%, quatro a seis pessoas 41% e uma a três pessoas 54%.

Com relação ao número de famílias existentes em cada domicílio, verificou-se que 100% são compostas de apenas uma família.

Neste ponto, conclui-se que mais da metade da amostra, 53,62%, é constituída por famílias não numerosas, ou seja, de uma a três pessoas. Esse fato mostra uma

mudança na composição do número de pessoas nas famílias, inclusive para famílias pobres, que historicamente eram tidas como mais numerosas.

4.1.2. Condições de Moradia

Para caracterizar as condições de moradia, foram analisados quatro aspectos: cômodos, quartos, material da casa e material do piso.

Em relação aos quartos, o percentual de GOLDS beneficiários que moram em uma residência com 4 a 6 quartos é de 18%, os GOLDS não beneficiários é 19%, enquanto os não Golds beneficiários é de 2%.

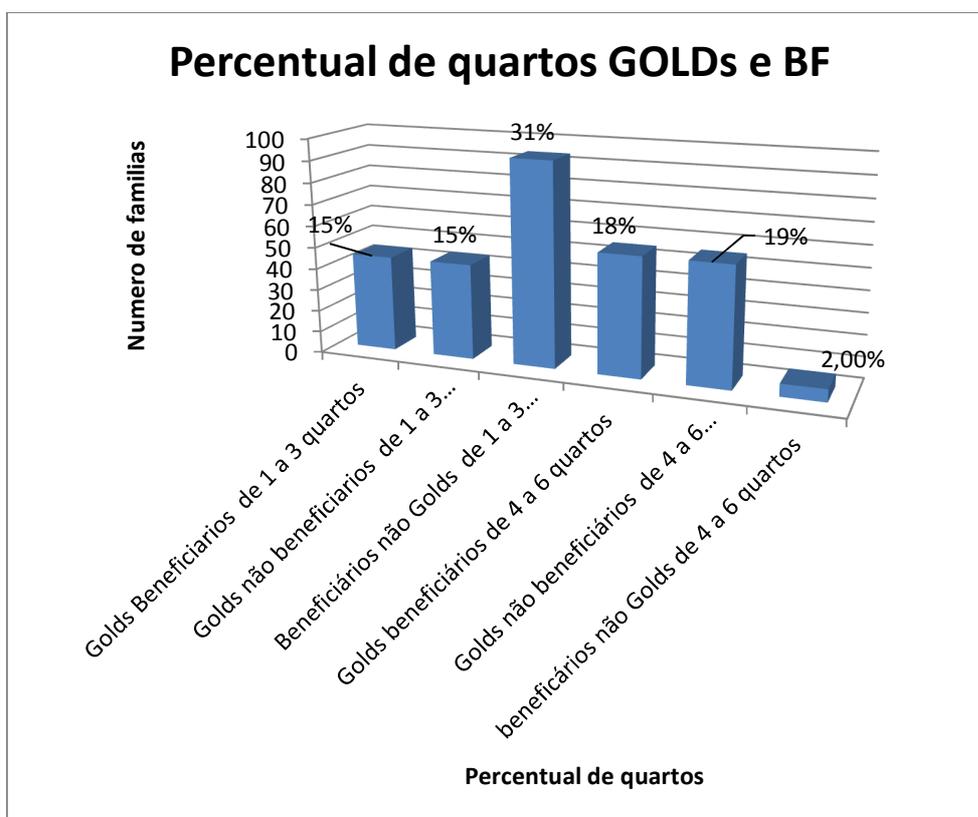


Gráfico 15: Percentual de Quartos nas moradias de beneficiários GOLDS e BF ano 2017.
 Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

Em relação aos comodos percebe-se que 18% dos GOLDS beneficiários residem em residencia de 4 a 6 quartos, já os GOLDS não beneficiários 11% residem em residência de 4 a 6 quartos e 16% dos beneficários não GOLDS residem em residência de 4 a 6 quartos. Percebe-se uma melhor estrutura de moradia entre os participantes dos GOLDS tanto beneficiários do Programa Bolsa Familia ou nao.

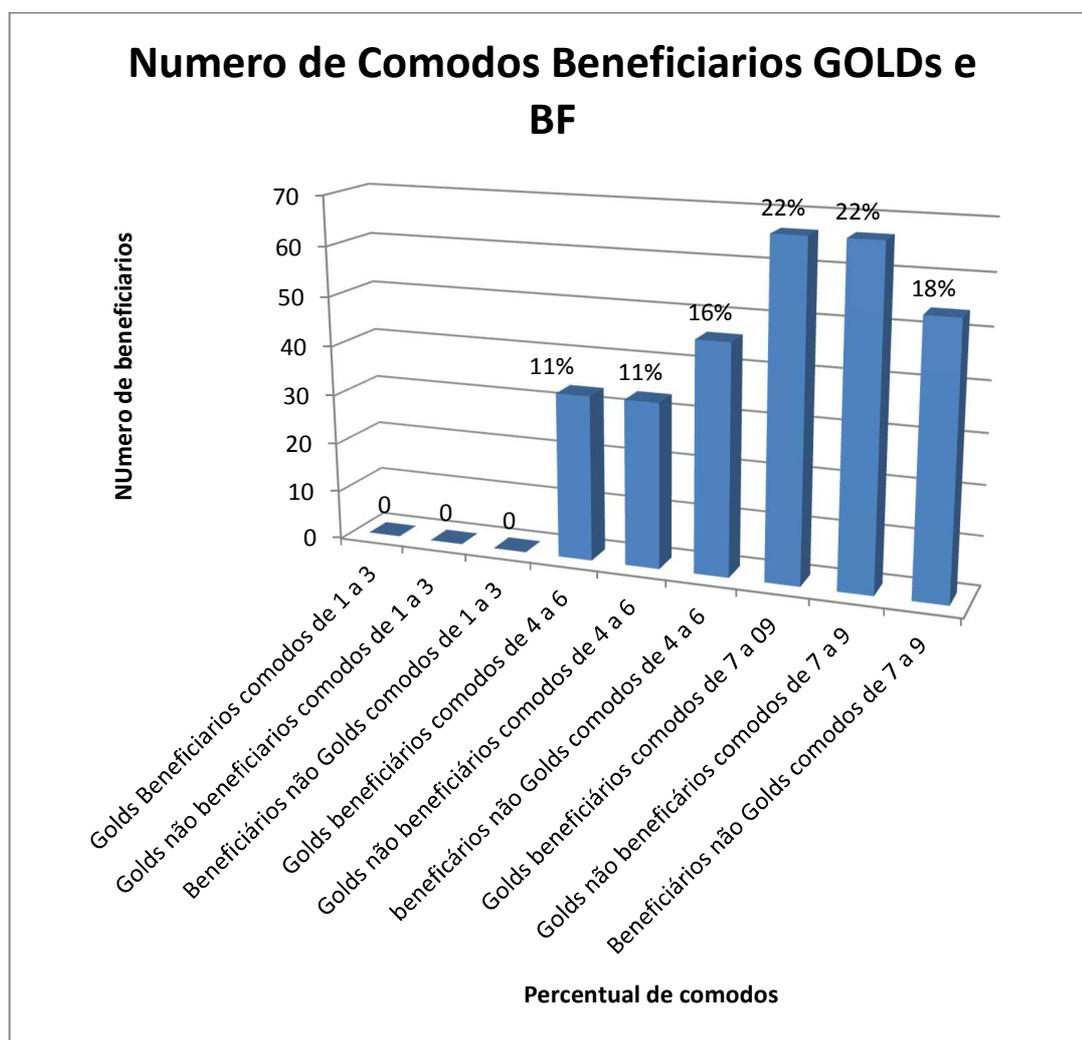


Gráfico 16: Cômodos por residência de beneficiários GOLDS e BF ano 2017.

Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

Em relação aos quartos e cômodos, percebe-se que os beneficiários GOLDS apresentam condições mais favoráveis do que os demais, tendo em vista que ocupam

residências com maior número de quartos e cômodos. Logo pressupe melhores condições de moradia.

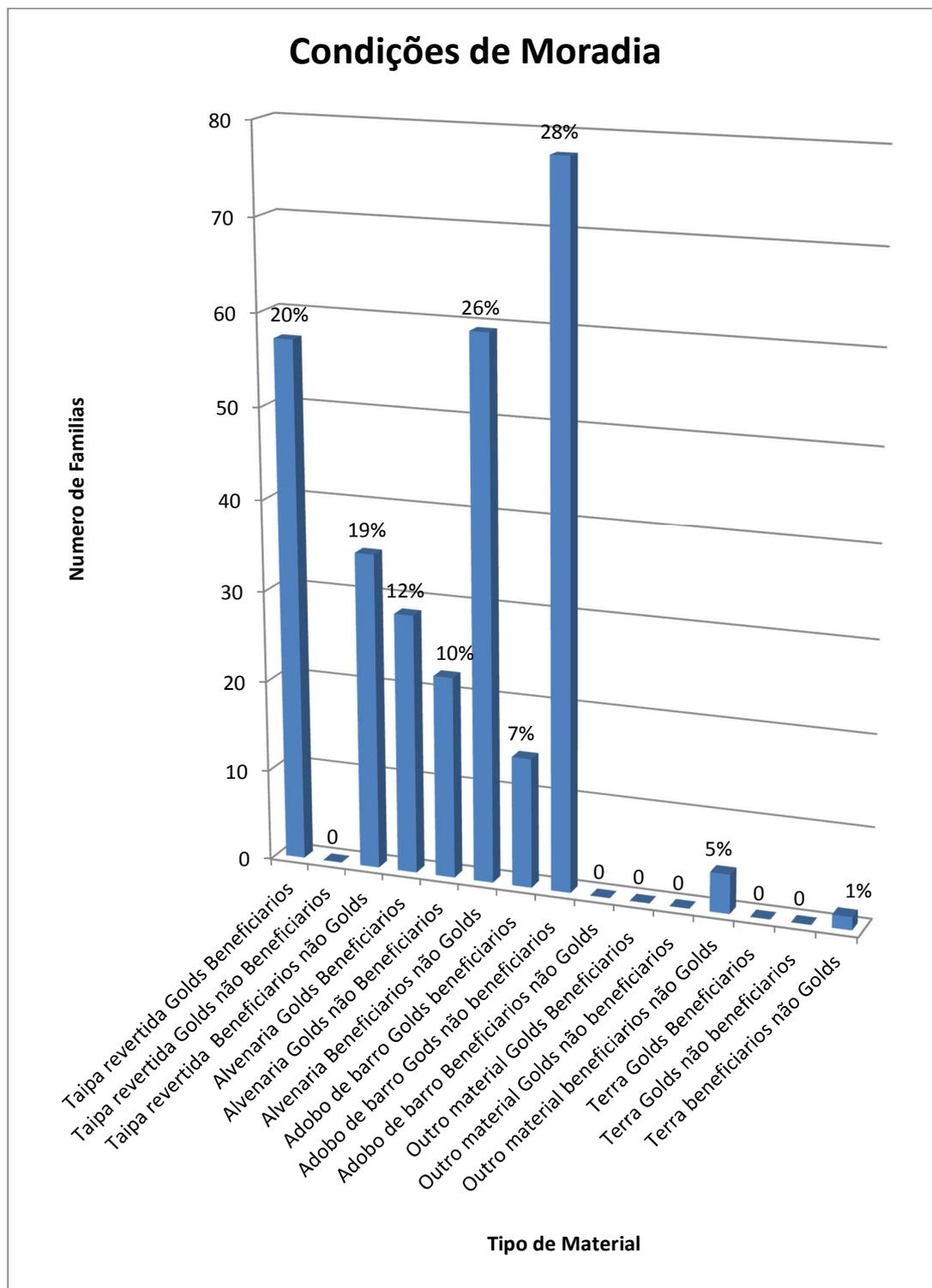


Gráfico 17: Tipos de Materiais das Casas de GOLDs e BF ano 2017.

Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

Em relação ao material da residência, percebe-se que 26% de Golds não beneficiários ainda vivem em casa de adobo de barro, enquanto 5% dos Golds beneficiários também vivem nessa mesma estrutura. Já entre os beneficiários não Golds, não há nenhuma família vivendo nessa situação. Esse fato reforça a importância do benefício para os integrantes dos GOLDs.

Observa-se, também, uma redução dos índices entre os GOLDs com benefício do Bolsa família para com os GOLDs sem Bolsa família.

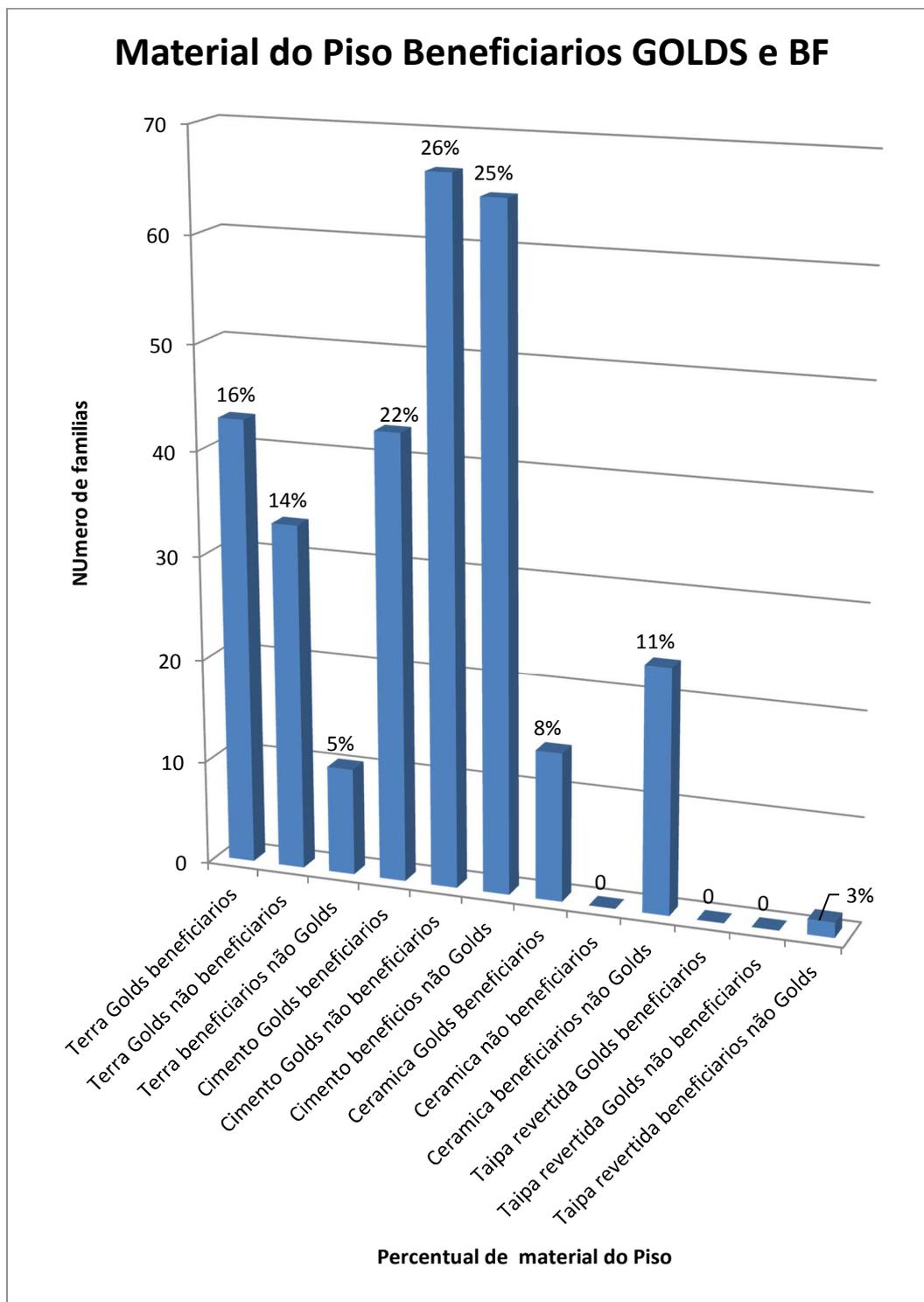


Gráfico 18: Material do Piso em residências de GOLDS e BF ano 2017.

Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

Estes dados mostram que 26% GOLDS não beneficiários moram em residência com piso de cimento, já 25% dos não GOLDS beneficiários moram na mesma estrutura e 22% GOLDS beneficiário. Prosseguindo com a análise, percebe-se que ainda existem famílias integrantes dos GOLDS beneficiária ou não que residem em moradia com piso de cimento.

Estes dados mostram que ser Golds com Bolsa Família coloca seus integrantes em situações menos vulneráveis no que tange aos aspectos de moradia. Esse fato pode ser ocasionado em virtude do recebimento do benefício, que tem como foco a saída das famílias de situação de extrema pobreza e miséria e a poupança comunitária usada pelos integrantes dos GOLDS em situações emergenciais.

A próxima seção aborda os serviços públicos básicos de acesso a população: água encanada, iluminação, saneamento básico e coleta de lixo.

4.1.3. Água Encanada, Saneamento básico e Coleta de Lixo

Para se falar em melhoria na qualidade de vida, é necessário que a população tenha acesso aos serviços públicos essenciais ligados diretamente às necessidades básicas da coletividade, que são água encanada, iluminação, saneamento básico e coleta de lixo. Tais direitos do cidadão são de responsabilidade do Estado. Contudo, não há como se vislumbrar uma sociedade sem abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, saneamento básico e coleta de lixo, uma vez que os mesmos são indispensáveis à manutenção da vida e dos direitos da população, além de serem indispensáveis à normalidade das relações sociais.

O saneamento básico é fator de proteção à qualidade de vida, sua inexistência compromete a saúde pública, o bem-estar social podendo inclusive corroborar para degradação do meio ambiente. Qualidade de vida e meio ambiente estão intrinsecamente relacionados.

A Constituição da Organização Mundial da Saúde estabelece que o gozo do melhor estado de saúde é um direito fundamental de todos os seres humanos, sejam quais forem suas raças, religiões, opiniões políticas, condições econômicas e sociais, e

que saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças.

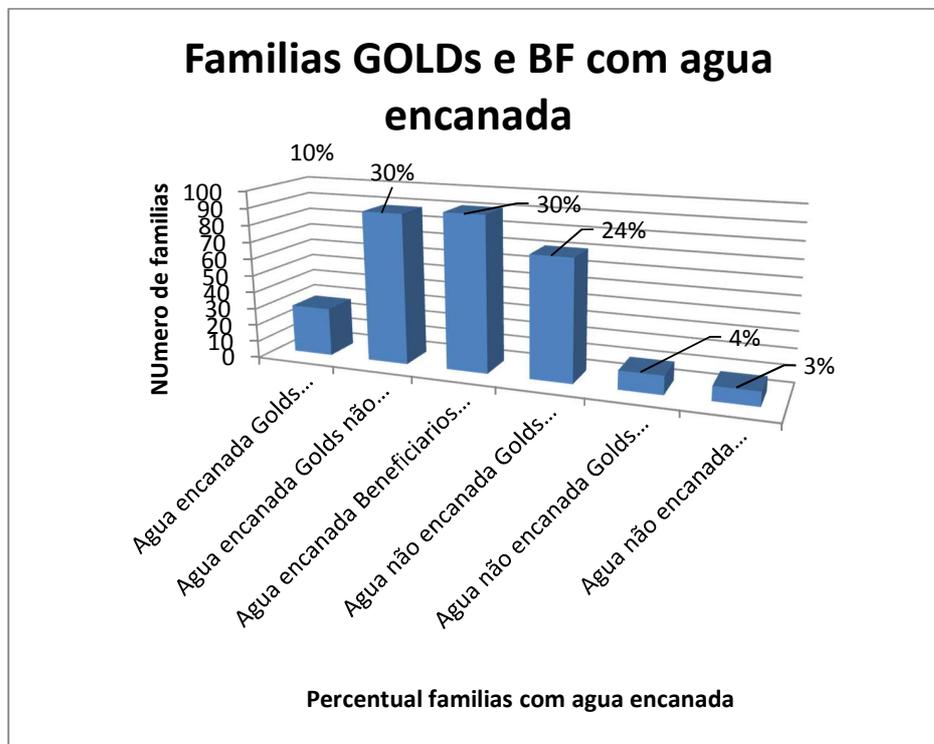


Gráfico 19: Percentual de famílias GOLDs e BF com água encanada em residência ano 2017.
 Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

Em relação a água encanada GOLDs beneficiários apresenta percentual de 10%; GOLDs não beneficiários 30% e beneficiários não GOLDs 30%.

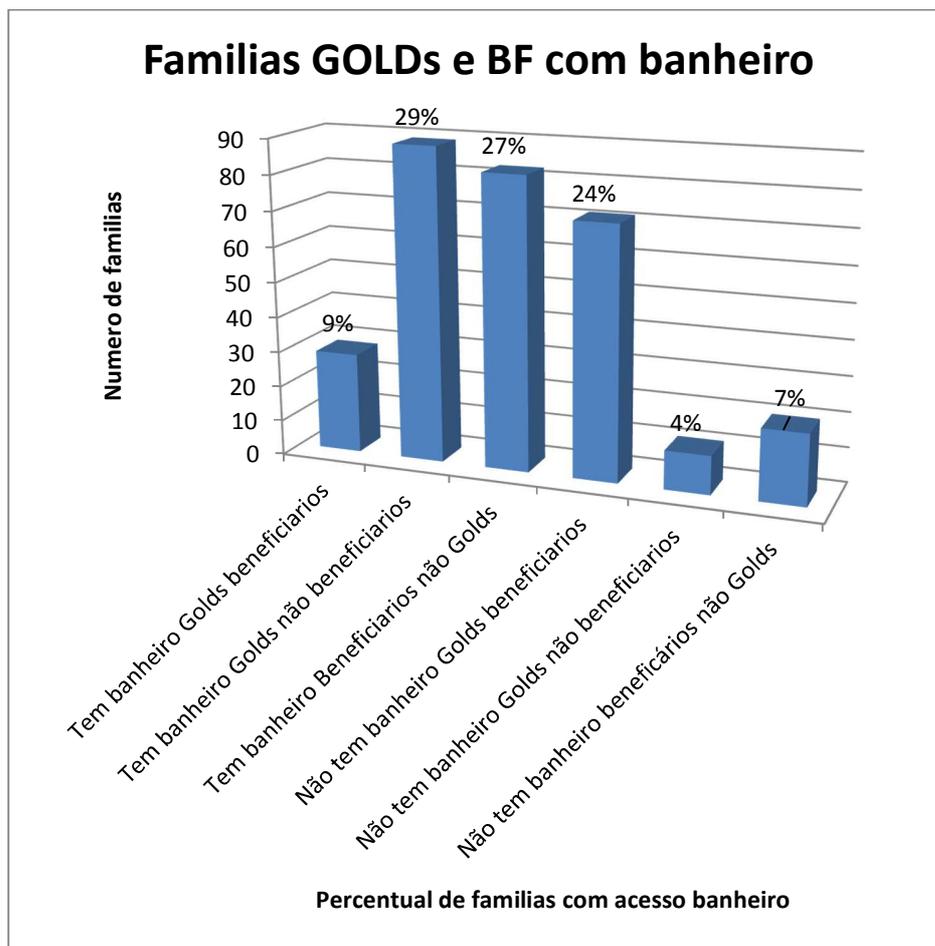


Gráfico 20: Percentual de famílias GOLDs e BF com Banheiros em residência ano 2017.
 Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

Percebe-se que, da amostra de 71, o acesso ao banheiro pelos GOLDs não beneficiários é de 29%, já os GOLDs beneficiários 9% e os não GOLDs 27%.

Prosseguindo com os serviços públicos ofertados à sociedade, analisa-se a Coleta de Lixo. Esta apresenta precariedades em relação ao que é oferecido à sociedade.

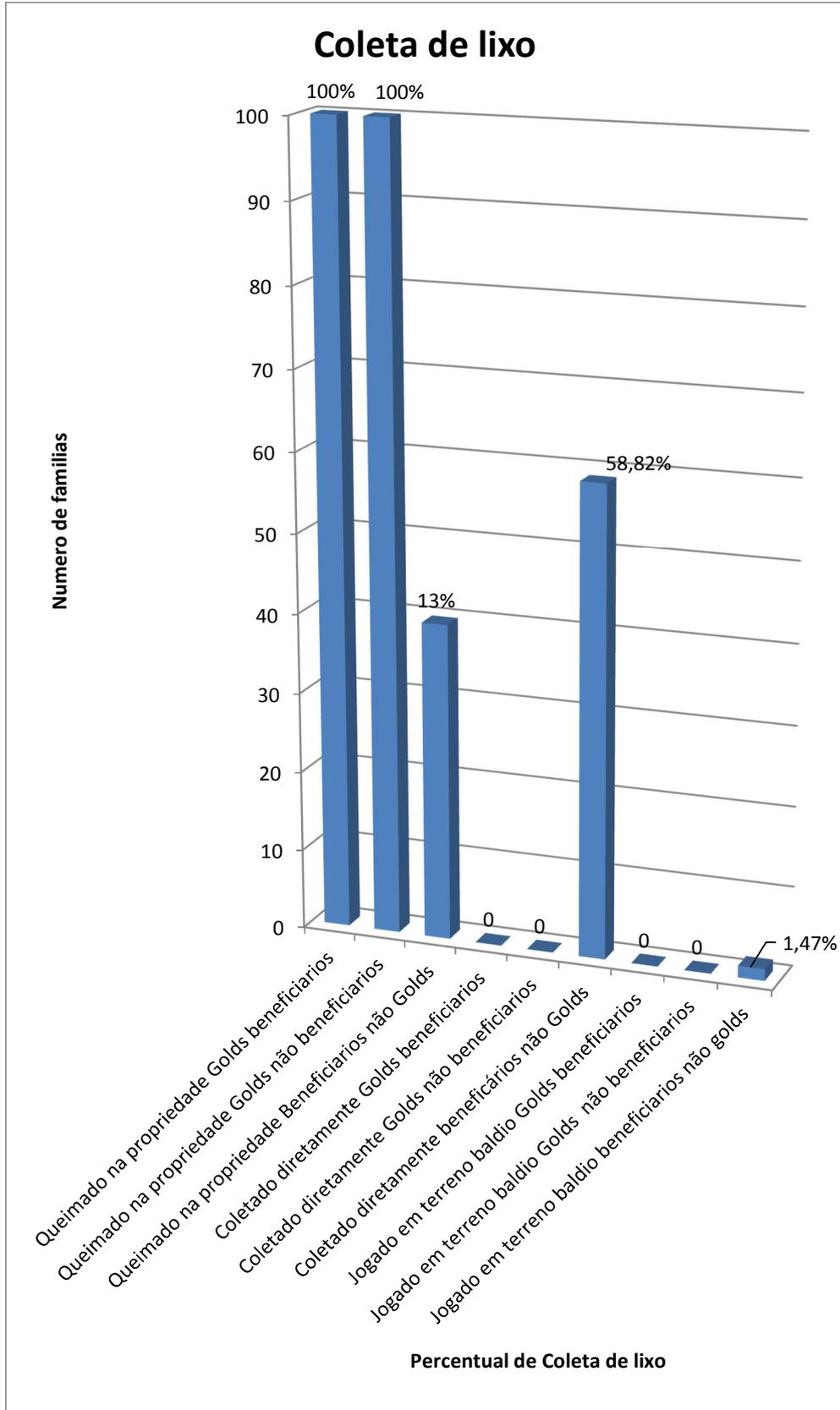


Grafico 21: Procedimento de Coleta de lixo entre BeneficiariosGOLDS e BF ano 2017.
Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único- Ministério do Desenvolvimento Social

Em relação à coleta de lixo, percebe-se que os Golds têm 100% de seu lixo queimado na propriedade, enquanto beneficiários não Golds 58,82% é coletado diretamente e 1,47% jogado em terreno baldio. Percebe-se que os Golds têm todo o seu lixo recolhido, enquanto os demais 58,82%.

O lixo não é somente um problema de caráter ambiental, mas também de saúde e qualidade de vida. Dessa forma, a coleta de lixo se configura como um dos principais serviços públicos. Assim tem-se que a situação de beneficiários BF e GOLDS ainda tem muito a ser melhorado em relação aos fatores ligados ao tratamento do lixo que podem corroborar para melhorias em sua qualidade de vida, tendo em vista seus reflexos sobre a saúde destes indivíduos.

4.1.4. Iluminação e Educação

No que se refere aos aspectos concernentes aos serviços públicos de acesso à sociedade, este estudo apresenta a iluminação pública e o acesso a educação.

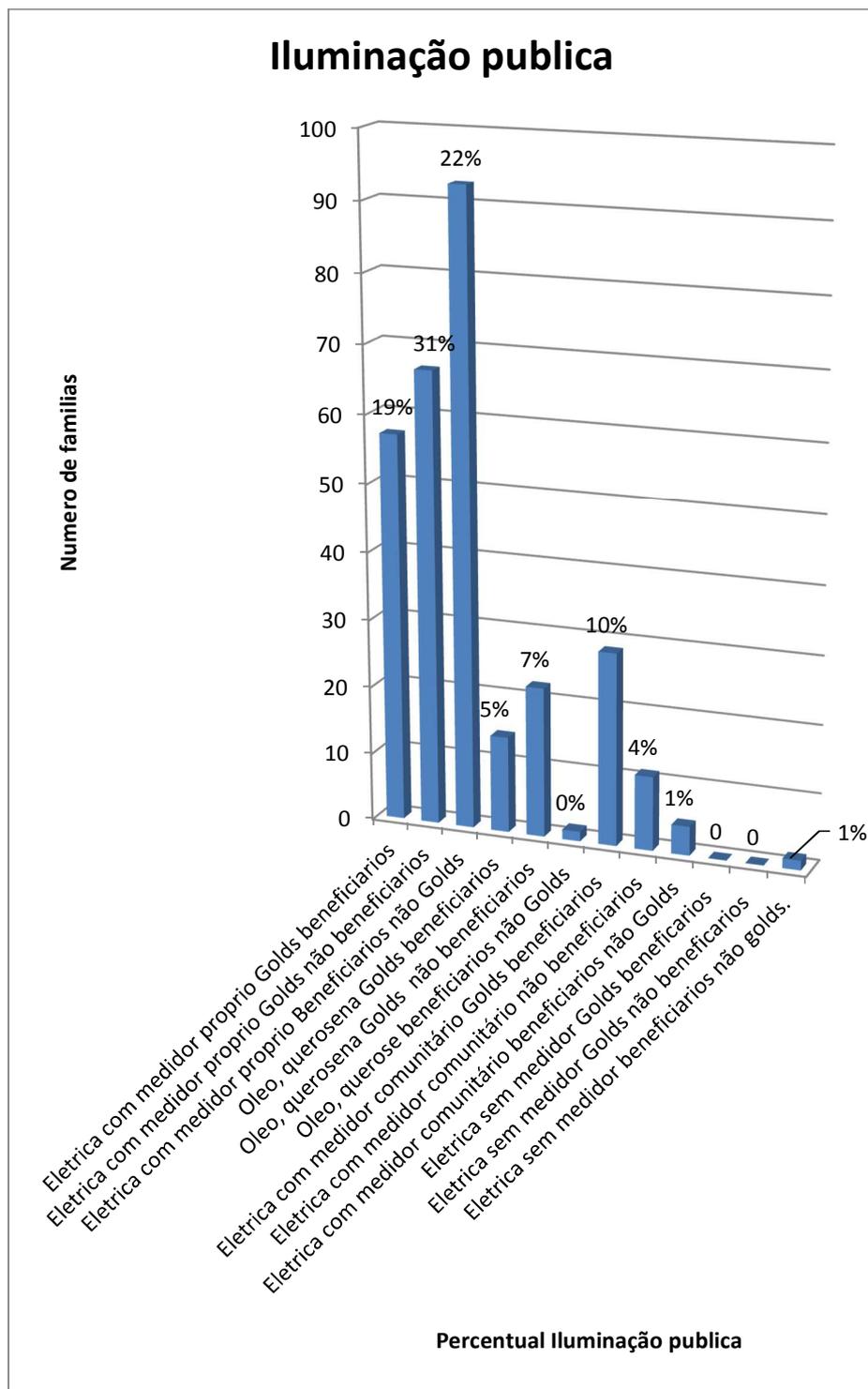


Gráfico 22: Condição de Iluminação pública dos GOLDs e beneficiarios BF ano 2017.

Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

Percebe-se que 19% GOLDbeneficiarios possuem energia eletrica em suas residências utilizando medidores próprios, já22% GOLDs não beneficiários apresentam medidor proprio e 31% beneficiários não GOLDs apresentam medidor próprio.Já sem acesso a energia eletrica que utilizam de oleo e querosene 5% são GOLDs beneficiários,7% GOLDs não beneficiários e 0% beneficiários não GOLDs.

Percebe-se que o acesso a energia eletrica embora seja um serviço público, ainda percebe-se pessoas sem acesso a estes serviços básicos.

Proximo topico a ser analisado é a educação. A educação é o pilar no processo de crescimento interpessoal para que as pessoas possam conquistar padrões de melhoria na qualidade de vida.É uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família e se torna um indicador importante na redução da pobreza.

Em observância aos 3 grupos estudados, verifica-se:

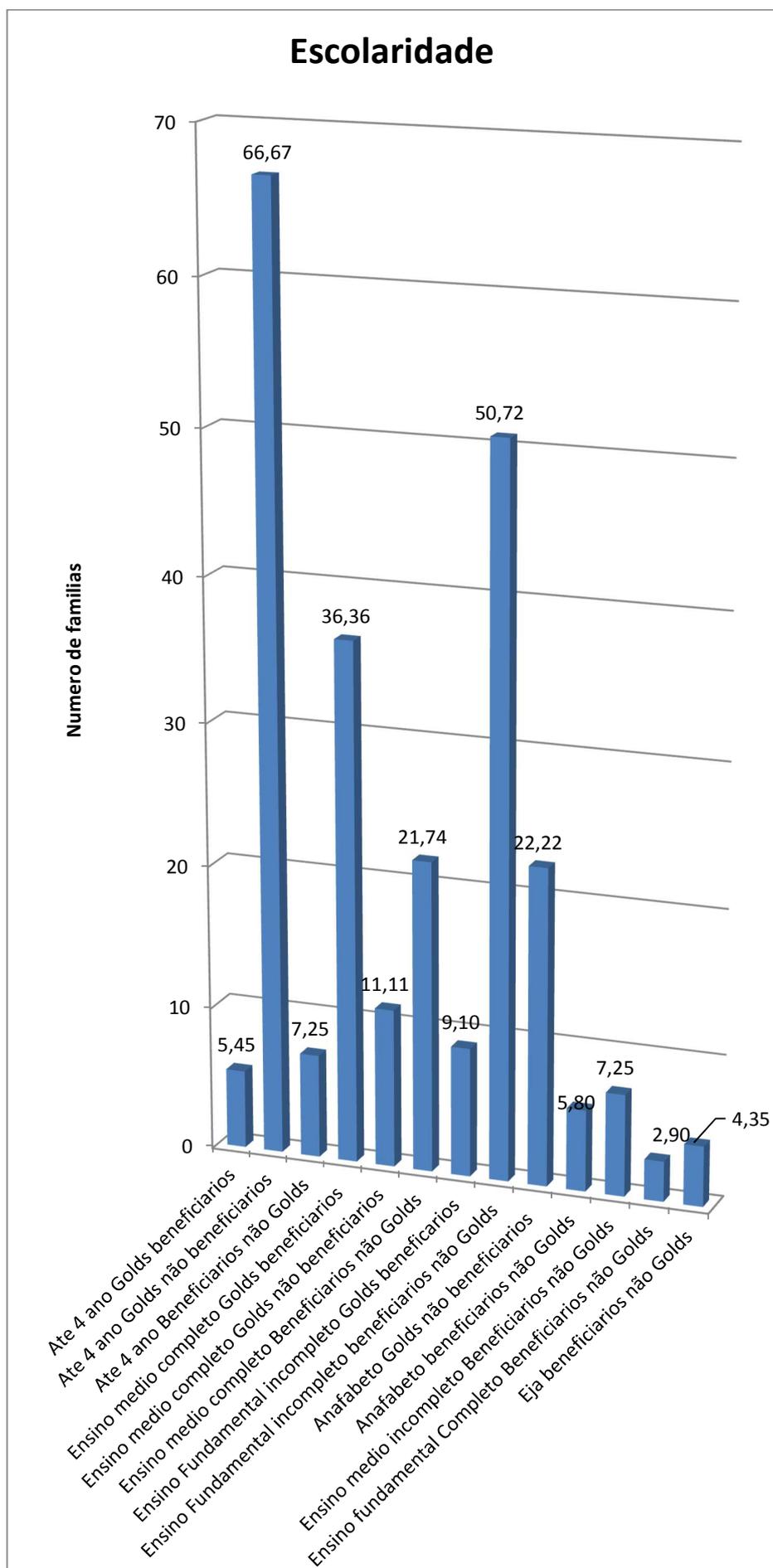


Gráfico 23: Classificação de Escolaridade de GOLDS e BF ano 2017.

Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao Cadastro Único-Ministério do Desenvolvimento Social

Em relação à escolaridade, 36,36% dos integrantes dos GOLDS beneficiários possuem ensino médio completo; já entre os não GOLDS 21,73% possuem ensino médio completo e os GOLDS não beneficiários 11,11%. Quanto ao percentual de analfabetos, os integrantes dos GOLDS não beneficiários é de 22,22% e beneficiários não GOLDS 5,79%.

Percebe-se que o percentual de analfabetismo é bem pequeno para todos os grupos. Esse fato não se pode atribuir diretamente ao Programa Bolsa Família, porém, a manutenção das condicionalidades em longo prazo, pode criar uma importante condição estrutural para que as crianças das famílias beneficiadas consigam superar a condição de pobreza em que nasceram e vivem.

Desta forma, o estímulo de permanência das crianças e adolescentes na escola poderá contribuir para reduzir o ciclo de reprodução da pobreza.

Para Análise empírica dos resultados observados a próxima seção apresenta a descrição das variáveis utilizadas no método de análise, utilizadas para apuração dos dados comentados a posteriori.

4.2. Análise de Associação dos resultados observados na pesquisa

4.2.1 Teste de associação: relação entre Bolsa Família e GOLDS

Esta seção apresenta os resultados do teste de associação empírico através do qual é analisado se há associação entre as variáveis, considerando se os grupos: GOLDS beneficiários do Programa Bolsa Família, GOLDS não beneficiários e beneficiários não GOLDS. A análise baseia-se na suposição de que há associação entre o fato de ter água encanada, cômodos a mais na residência, banheiro, coleta de lixo, iluminação pública, escolaridade, despesa mensal, benefício mensal e composição do grupo familiar e ser indivíduo dos grupos GOLDS BF, GOLDS sem BF e BF sem GOLDS.

4.2.2 Análise e Interpretação das medidas de associação entre variáveis nominais.

Conforme já especificado, o trabalho aqui desenvolvido tem como objetivo analisar a existência de associação entre o fato de ter água encanada, cômodos a mais na residência, banheiro, coleta de lixo, iluminação pública, escolaridade, despesa mensal, benefício mensal e composição do grupo familiar e ser indivíduo dos grupos GOLDS BF, GOLDS sem BF e BF sem GOLDS.

Foi utilizado o teste de qui-quadrado (χ^2), para independência e calcula se o coeficiente de contingência (C) deriva da estatística de χ^2 . Para esta análise as variáveis GOLDS sem BF, GOLDS BF e BF não GOLDS foram codificadas (valor 1 se o indivíduo faz parte do grupo e valor 0 caso contrário).

O teste de qui-quadrado teve a finalidade de verificar se a variável indicadora dos grupos dos indivíduos (GOLDS sem BF, GOLDS BF e BF não GOLDS) é independente das variáveis água encanada, cômodos a mais na residência, banheiro, coleta de lixo, iluminação pública, escolaridade, despesa mensal, benefício mensal e composição do grupo familiar.

A significância do teste foi determinada em função da estatística χ^2 (Equação 1) que segue uma distribuição qui-quadrado com graus de liberdade igual ao produto do número de linhas menos um pelo número de colunas menos um na tabela de contingência. (Equação 2):

$$X^2 = \sum_{i=1}^k \frac{(f_{oi} - f_{ei})^2}{f_{ei}} \quad (\text{Equação 1})$$

$$v = (L-1) * (H-1) \quad (\text{Equação 2})$$

Em que k é o número de classes ou categoria, f_{oi} é a frequência observada na classe, i ; f_{ei} é a frequência esperada na classe considerando independência. V é o número de graus de liberdade; L é o número de linhas da tabela de contingência e H é o número de

colunas da tabela de contingencia.O coeficiente de contingencia (C) é obtido em função da estatística χ^2 , conforme equação 3:

$$C = \frac{\sqrt{\chi^2}}{\chi^2 + N} \quad \text{onde N é o total de observações.}$$

Tabela 7- Caracterização dos GOLDBF, GOLDBsBF e BF não GOLDBs.

		GOLDBF	GOLDBsBF	BFs GOLDB	
		N= (%)	N= (%)	N= (%)	valor p
		Total=5	Total=8	Total=64	
Escolaridade	0-Não possui	0 (0,00)	2 (25,00)	4 (6,25)	0,181
	1-Ensino Fundamental incompleto	1 (20,00)	5 (62,50)	38(59,38)	
	2-ensino fundamental completo	0 (0,00)	0 (0,00)	3 (4,69)	
	3-ensino médio incompleto	0 (0,00)	0 (0,00)	2 (3,12)	
	4-ensino Médio Completo	4 (80,00)	1 (12,50)	17(26,56)	
Quartos	1 Quarto	0 (0,00)	0 (0,00)	12(18,75)	0,000
	2 Quartos	1(20,00)	1(12,50)	36(56,25)	
	3 Quartos	1(20,00)	3 (37,50)	12(18,75)	
	4 Quartos	2(40,00)	1 (12,50)	2 (3,12)	
	5 Quartos	0 (0,00)	2 (25,00)	0 (0,00)	
	6 Quartos	1(20,00)	1 (12,50)	2 (3,12)	
Despesa Mensal	1- até ¼ salário mínimo(238,50)	0 (0,00)	0 (0,00)	43(67,19)	0,000
	2- de 1/4 até 1/2 salário mínimo (477,00)	3(60,00)	0 (0,00)	15(23,44)	
	3- maior que ½ salário mínimo	2(40,00)	8 (100)	6 (9,37)	
Água Encanada	0 não tem acesso	3(60,00)	1 (12,5)	5 (7,81)	0,002
	1 tem acesso	2(40,00)	7 (87,5)	59(92,19)	
Banheiro ou Sanitário	0 não tem acesso	3(60,00)	1 (12,5)	7 (10,94)	0,010
	1 tem acesso	2(40,00)	7 (87,50)	57(89,06)	
Coleta de Lixo	0 não tem acesso	5(100)	8 (100)	25(39,06)	0,000
	1 tem acesso	0 (0,00)	0 (0,00)	39(60,94)	
Iluminação	0 não tem acesso	1(20,00)	1 (12,5)	1 (1,56)	0,050
	1 tem acesso	4(80,00)	7 (87,50)	63(98,44)	

Membros do Grupo Familiar	1 Membro	0 (0,00)	4 (50)	6 (9,37)	0,038
	2 Membros	0 (0,00)	3 (37,5)	15(23,44)	
	3 Membros	1(20,00)	0 (0,00)	13(20,31)	
	4 Membros	0 (0,00)	0 (0,00)	12(18,75)	
	5 Membros	1(20,00)	1 (12,5)	8 (12,5)	
	6 Membros	1(20,00)	0 (0,00)	6 (9,37)	
	7 Membros	1(20,00)	0 (0,00)	2 (3,13)	
	8 Membros	1(20,00)	0 (0,00)	2 (3,13)	
Valor Benefício Mensal	1- Sem beneficio	0 (0,00)	8 (100)	0 (0,00)	0,000
	2-Até 200,00	1(20,00)	0 (0,00)	39(60,94)	
	3-Acima de 200,00	4(80,00)	0 (0,00)	25(39,06)	
Renda per capta	1- até ¼ salário mínimo(238,50)	5(100)	1 (12,5)	63(98,43)	0,000
	2- de 1/4 até 1/2 salário mínimo (477,00)	0 (0,00)	3 (37,5)	1 (1,57)	
	3- maior que ½ salário mínimo	0 (0,00)	4 (50)	0 (0,00)	

Fonte:Elaboração Propria.

4.2.3 Análise dos dados observados

Em análise aos resultados identificados na tabela 4, percebe-se que a variável água encanada apresenta associação sinificativa com o tipo de grupo a que pertence o indivíduo. Entre os indivíduos que participam dos GOLDS, aqueles que nao sao beneficiários do PBF tem maior acesso a água encanada.

Já a variável acesso a banheiro ou sanitário, constata se associação com o tipo de grupo do indivíduo, sendo que 60% dos golds BF não tem acesso;12,5% dos Golds sem BF não tem acesso e 10,94% dos BF sem Golds não tem acesso. Novamente, o grupo GOLD sem BF apresentou melhor situação, em relação ao grupo GOLD com BF.

Como nos casos anteriores, rejeita se a hipótese de independencia entre a variável coleta de lixo e o tipo de grupo do indivíduo. Verificase que, 100% dos Golds BF e Golds sem BF não tem acesso, já os BBF sem Golds 39,06% não tem acesso a essa variável.

Existe associação sinificativa, também, entre Iluminação e o tipo de grupo: dos Golds BF 20% não tem, 12,5% dos Golds sem BF também não apresenta acesso e somente 1,56% dos BF sem Golds não tem acesso a mesma.

Em síntese as variáveis de maior bem estar apresentam relação de associação com o tipo de grupo a que pertence o indivíduo, sendo que, na maioria dos casos, maiores

percentuais para a categoria ter acesso são observados para o grupo ser Bolsa família sem pertencer aos Golds; e menores percentuais, para o grupo GOLD sem PBF.

Em Observância da variável escolaridade a mesma não apresentou associação significativa com o tipo de grupo. De acordo com os dados é possível verificar que os GOLDs BF apresentam maior grau de escolaridade do que os demais grupos. Outra variável observada é a despesa mensal das famílias, dado que ter um orçamento balanceado, contribui diretamente com o melhor uso da renda recebida pelos cidadãos, de forma que se a família apresenta despesa mensal equilibrada é porque há uma associação de equilíbrio com a renda e recurso. Essa relação demonstra que o recurso está sendo utilizado para cumprimento de despesas dos beneficiários.

De acordo com os dados tabulados na tabela 6, 60% dos BF Golds tem um orçamento de despesa mensal até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; já os Golds sem BF 100% apresenta despesa mensal maior que $\frac{1}{2}$ salário mínimo e já os BF sem Golds 67,19% apresenta despesa mensal até $\frac{1}{4}$ salário mínimo.

Logo 100% dos Golds sem BF tem uma despesa mensal maior que 477,00, logo o mesmo apresenta também uma renda compatível com tal despesa. Já ser beneficiário BF sem estar nos Golds a despesa mensal é abaixo de 238,50.

Esse fato reforça a importância da poupança comunitária recurso para integrantes dos Golds que veem ao encontro de geração de renda para essas famílias, tendo em vista que apenas o benefício mensal não é suficiente para que as famílias consigam ter o orçamento equilibrado.

A despesa mensal apresenta uma relação de associação com o tipo de grupo a que pertence o indivíduo; sendo que os indivíduos Golds sem Bolsa família apresentaram maior valor para as despesas.

Essa confirmação se dá através da variável benefício mensal, onde 80% dos beneficiários Bolsa família Golds recebem acima de 200,00 e os BF sem Golds 39,06% recebem acima de 200,00.

Em relação aos membros do grupo familiar, percebe-se que ter até 6 membros no grupo Golds BF apresenta um percentual de 20%, já Golds não BF 50% apresenta 1 membro no grupo familiar e BF sem Golds 23,44 apresenta 2 membros no grupo familiar.

Percebe-se que ter membro a mais no grupo familiar apresenta relação de associação sinificativa com os grupos analisados.

Em análise a variável renda percapta 100% dos Golds BF tem renda de ate 238,50, já 50% Golds sem BF apresentam renda maior que $\frac{1}{2}$ salario mínimo e os BF sem Golds 98,43% apresentam renda de 238,50.

Pode-se dizer, de forma geral, que em relação as variáveis de bem estar social, oferta publica e condições de moradia há relação de associação entre o fato de ter agua encanada, cômodos a mais na residência, banheiro, coleta de lixo, iluminação publica, escolaridade, despesa mensal, beneficio mensal e composição do grupo familiar e ser individuo dos grupos GOLDs BF, GOsds sem BF e BF sem GOLDs.

O que reforça a importância dos Golds associado a politica de transferência de renda são as variáveis financeiras: a despesa mensal, o beneficio mensal e a renda percapta, onde através das observações é possível dizer que a poupança comunitária é importante na qualidade de vida das famílias beneficiarias e proporciona geração de renda entre os integrantes da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a presente dissertação, destacam-se considerações formuladas a partir do objetivo principal que norteou seu desenvolvimento. Entende-se que os temas da pobreza e da desigualdade social vêm sendo discutidos amplamente por vários setores da sociedade, enfatizando-se as políticas sociais como canais para o desenvolvimento e a inclusão social.

Com a crise econômica que se instaurou no mundo na década 1970, observa-se que, diante dos efeitos da reestruturação do Estado e dos processos produtivos, sinalizados em uma série de fatores como cortes nos gastos sociais, desemprego, precarização das relações de trabalho, os indivíduos que até então estavam relativamente protegidos na fase de crescimento econômico, foram, nesta nova ordem, levados à condição de pobreza (SAIBEL, 2008).

Por sua vez, essas mudanças praticamente determinaram a necessidade de se pensarem formas alternativas de resgatar a dignidade de pessoas que vivem excluídas. Para isso, foram adotadas, nas últimas décadas, medidas para promover a inclusão social destes segmentos.

Este fato pode ser observado a partir de 2001, quando foram ampliados os Programas de Transferência de Renda, com a implantação de programas sociais como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Estes programas foram ampliados entre os anos de 2003 a 2010, tendo como objetivo principal o combate da fome e da miséria, tendo como estratégia a unificação dos Programas de renda já existentes, dando origem na criação do Programa Bolsa Família no ano de 2003. (SAIBEL, 2008).

Considerando a amplitude do Programa tanto no aspecto orçamentário quanto nacional, o programa vem sendo motivo de discussões por vários segmentos da sociedade. Há críticas que o programa é assistencialista que gera acomodação, deixando seus beneficiários dependentes do recurso.

Contraopondo-se a isto, estudos como SEN (2000) destacam a perda de potencialidade das populações pobres e desempregadas que recebem auxílios do governo em razão da queda de sua autoestima.

Já Schwartzman(2005,2006), utilizando dados do PNAD 2004, aborda que as Políticas de Transferência de Renda tiveram um impacto limitado, tanto na redução da pobreza quanto da desigualdade. Por fim, Lavinás e Varsano (1997) dizem que, se não forem implantadas políticas de educação e de geração autônoma de renda, a proporção de uma família contemplada pelo benefício retornar à condição de pobreza com o término do programa é muito alta.

Estes estudos têm mostrado o impacto que o PBF causa na vida dos beneficiários e na economia local. Estes apontam que, além do alívio imediato da pobreza, a injeção de recursos por meio da transferência direta de renda às famílias proporcionam à economia local significativo efeito, transformando-se em aumento dos níveis de consumo, bem como na possibilidade de criações de Grupos de Desenvolvimento Local.

O município de Itinga foi berço do Programa Bolsa Família em 2003. A partir disso, a cidade de pequeno porte sediada no Vale do Jequitinhonha vem caminhando para a redução da pobreza e miséria vivenciada pelos seus moradores. O Programa Bolsa família contribuiu para o desenvolvimento econômico e social do município, conforme dados divulgados pelo IBGE(2010) percebe-se uma melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano(IDH), em que houve um aumento de 0,440 em 2003 para 0,600 em 2010. A renda líquida per capita aumentou em 65% e o PIB cresceu 179% em oito anos.

Neste cenário, se desenvolvem os Grupos de Oportunidade Local(GOLDs) que, com o recurso do Programa Bolsa Família, se agrupam entre si para poupar, discutir sobre os problemas comunitários, sanar situações financeiras emergenciais entre eles.

Os Grupos de Oportunidade Local(GOLDs) localizados no município de Itinga, são formados por beneficiários do Programa Bolsa Família e não beneficiários. Possuem como principal metodologia a poupança comunitária, a qual permite que seus integrantes tenham recursos para serem usados nas situações emergenciais.

No contexto observado, conclui-se que os Grupos GOLDS e BF se fazem eminentes, tendo em vista a proposta de pesquisa apresentada que mostra que a inclusão da População de Itinga em grupos de desenvolvimentos locais, faz com que os mesmos apresentem oportunidades econômicas contribuindo para melhores condições de vida, tendo como contra ponto o benefício mensal gerado pelo Programa Bolsa

Família. A participação dos beneficiários em Grupos de Oportunidade Local estimula seus integrantes para o enfrentamento da pobreza fortalecendo ações públicas e comunitárias de desenvolvimento econômico e local.

Já as variáveis de maior bem estar, apresentam relação de associação com o tipo de grupo a que pertence o indivíduo, sendo que, na maioria dos casos, maiores percentuais para a categoria ter acesso são observados para o grupo ser Bolsa família sem pertencer aos Golds; e menores percentuais, para o grupo GOLD sem PBF.

Diante do exposto, retoma-se a questão inicial que norteou esta pesquisa: a de avaliar se os beneficiários do Programa Bolsa Família, participantes dos Grupos de Oportunidade Locais, apresentam as oportunidades econômicas e sociais potencializadas por este programa de desenvolvimento Local Comunitário.

Após pesquisa em bibliografia pertinente e em campo, pode-se perceber que o Programa Bolsa Família, associado a uma política de ação indireta, com base na poupança comunitária contribui para que as pessoas tenham melhores condições de vida, tanto em relação ao aspecto social como econômico, ajudando os beneficiários participantes dos Grupos de Oportunidade Local a superarem suas necessidades emergenciais, fazendo com que essas famílias reduzam sua situação de extrema pobreza.

A análise dos dados permitiu perceber que existe relação de associação dos grupos com o fato de, receber o benefício mensal do Bolsa Família. Mostra ainda que ser GOLDS com o benefício coloca este grupo em situação melhor que os demais casos (GOLD sem BF ou Bolsa Família apenas GOLDS). Destaca-se, portanto, que ter acesso ao benefício do Bolsa Família favorece de forma direta aos grupos participantes dos GOLDS e receptores do Bolsa Família.

Para as variáveis água encanada, banheiro ou sanitário, coleta de lixo e iluminação, a tabela 2 mostra que, para aqueles usuários de programas que contam com estes benefícios no caso dos BF sem GOLDS, maiores percentuais para a categoria ter acesso são observados para este grupo; e menores percentuais, para o grupo GOLD sem PBF.

Em observação da variável escolaridade, esta não apresentou significância com o tipo de grupo observado.

Já a variável despesa mensal das famílias, apresentou indicador positivo, possibilitando a conclusão de que ter um orçamento balanceado, contribuiu diretamente com o melhor uso da renda recebida pelos cidadãos, apresentado uma relação de associação com os grupos analisados. Essa relação mostra que o recurso está sendo utilizado para cumprimento de despesas dos beneficiários.

Em relação aos membros do grupo familiar, ficou evidente que ser GOLDS sem BF mostra que o acréscimo de um membro a mais na família, coloca esse grupo em uma situação superior aos demais grupos. Já para o caso dos GOLDS BF, mostra menor relação de associação com o número de membros de suas famílias, mostra que esses grupos apresentam grupos familiares inferiores em composição familiar que os demais grupos observados.

Também ficou evidente que, a implementação de uma política de desenvolvimento local que valoriza a atuação coletiva associada a política de Transferência de Renda pode ser o diferencial em Itinga, uma vez que, os beneficiários do Programa Bolsa Família integrantes do GOLDS apresentaram melhorias de condições de vida e auxílio para o enfrentamento da pobreza, reduzindo as situações de vulnerabilidades enfrentados por estas famílias.

Por sua vez, o objetivo geral deste estudo permitiu analisar o comportamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família que compõem os Grupos de Oportunidades Locais e Desenvolvimentos, através da Organização Comunitária no município de Itinga, mostrando, com isso, a contribuição e a necessidade do benefício como contrapartida para que essas famílias possam conquistar sua independência financeira possibilitando-lhes melhorias nas condições de vida para enfrentamento das situações de vulnerabilidade.

De acordo com os dados apurados neste estudo pode se verificar que houve melhorias nas condições de vida desses beneficiários integrantes dos GOLDS em relação as variáveis econômicas observadas neste estudo.

Agir coletivamente associado ao Programa Bolsa Família auxilia seus beneficiários na conquista da independência financeira, contribuindo para o desenvolvimento local do município de Itinga, tanto no aspecto econômico, geração de renda, quanto no aspecto social, como saúde, educação e segurança.

Respondendo as hipóteses deste estudo, Os grupos de Oportunidade Local contribuem para o fortalecimento de ações que visam contribuir para melhorias na qualidade de vida de seus integrantes, usando como contrapartida inicial o Recurso do Programa Bolsa Família, que mensalmente aplicado em forma de poupança comunitária auxilia seus integrantes a pouparem, para serem capazes de suprir suas necessidades básicas e emergenciais.

A partir deste estudo surge a necessidade de uma proposta de geração de emprego e renda, tendo em vista que os GOLDS utilizam atividades produtivas na comunidade, captam recursos, poupam, efetuam empréstimos comunitários com objetivo de sanar necessidades emergenciais.

Surge também outra temática de proposta de pesquisa sobre a importância do desenvolvimento local para a economia do município de Itinga, uma vez que entende-se os GOLDS como instrumentos de ação coletiva que contribuem para a evolução nos indicadores de melhoria nos aspectos sociais e econômicos de seus participantes.

Enfim, este estudo encadeará direcionamentos para novas pesquisas, possibilitando avanços na economia local do município de Itinga, possuindo como política pública o recurso do Programa Bolsa Família ligado a uma ação coletiva de desenvolvimento local, com os GOLDS.

REFERENCIAS:

BERNADO, João. Programa Bolsa Família: resultados e objectivos. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=21194> Acesso em: 20 dez. 2016.

BICALHO, Guilherme Pires. Caprino-Ovinocultura: Uma realidade na pecuária familiar de Itinga-MG. 2011. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/cad/article/view/12071> Acesso em: 20 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.836, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. (MDS, 2007). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/D6157.htm Acesso em 17 dez. 2017.

BRASIL. Decreto 8794/2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Economia, Selecta, Brasília (DF), v.11, n.4, p.133–162, dezembro de 2010.

BRASIL. Lei 10836. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm Acesso em 17 dez. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://www.mds.br/bolsafamilia> Acesso em: Acesso em 20 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. O que é Economia Solidária. 2008. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm> Acesso em: 20 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/oque.php> Acesso em: 27 mar. 2017 e 29 abr. 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> Acesso em 26 mar. 2017.

- COELHO, Simone de Castro Tavares. Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. 3ª edição. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. 3ªed.São Paulo:Atlas,1995.
- DEMO, Pedro. Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas: AutoresAssociados, 1997.
- DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1984.
- EIDELWEIN, Kare. Economia Solidária: a produção dos Sujeitos (des) necessários.2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_ator=102240 Acesso em: 20 dez. 2016.
- ENDERS, W. & Hoover, G. A. (2003). The effect of robust growth on poverty: A nonlinear analysis. AppliedEconomics. n.35, p.1063–1071.
- FEITOSA, Getúlio Santos, et al. A AMAI Promovendo Desenvolvimento Social no Município de Itinga, Vale do Jequitinhonha. 2009. Disponível em: <http://www6.ulefrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewarticle.php?id=4153> Acesso em: 20 dez. 2016.
- FERRAZ, Lúcio Flávio. Programa Bolsa Família: impactos na distribuição de renda.2008. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2055562.PDF> Acesso em: 27 mar. 2017.
- FERREIRA, Nildete Virginia Turra.Programa Bolsa Família: o velho com novas roupagens. 2010. Disponível em: <http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Nildete%20Virginia%20Turra.pdf> Acesso em: 26 mar. 2017.
- FORMBY, J. P., HOOVER, G. A., & KIM, H. (2001). Economic growth in the United States: Comparisons of estimates based upon official poverty statistics and Sen's index of poverty. Journal of Income Distribution, n. 30. p.591–617.
- GUJARATI, D.N. Econometria básica. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa.5,ed.São Paulo:Atlas,2008.
- HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade e da pobreza no Brasil. Brasília: CGEE/IPEA/IBGE, 2006.
- INFOESCOLA. Emprego e Renda. Disponível em: <http://www.infoescola.com/economia/emprego-e-renda>. Acesso em 26 mar. 2017.
- ITINGA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Itinga> Acesso em: 20 mar. 2016.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Brasil: o estado de uma nação – 2006. In: Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil. Disponível em: <http://en.ipea.gov.br/index.php?s=11&a=2006&c=c7> Acesso em: 27 mar. 2017.

KÜNNEMAN, Rolf. Transferências de renda e meta de desenvolvimento do milênio: uma abordagem de direitos humanos. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

LOWI, Theodor. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. In: World Politics. 1964, n. 16. p. 677-715.

LOWI, Theodor. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. In: Public Administration Review, 1972, n. 32. p. 298-310.

LAVINAS, L.; VARSANO, R. Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 534).

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo: Vozes, 1984.

MAJONE, G. & QUADE, E.S. (eds.). Pitfalls of Analysis. London: John Wiley and Sons. 1980.

MARINHO, Edson. Redes de desenvolvimento – Gold. 2011. Disponível em: <http://www.visaomundial.org.br/conteudos/view/redes-de-desenvolvimento-gol-d.html> Acesso em: 20 dez. 2016.

MARTINS, Marcel. Mulheres são 93% dos titulares do Bolsa Família. In: O Serrano. 2008. Disponível em: <http://www.oserrano.com.br/mais.asp?tipo=local&id=24277> Acesso em: 20 dez. 2016.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. In: Policy Currents, Fevereiro 1995. p. 1- 4.

MEDEIROS, 2005;POCHMANN 2010a.A distribuição desigual da renda é justificada por ineficiência dos Governantes, atraso econômico ou incompetências individuais. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3720/1753> Acesso em :10 de dez.2017.

MOREIRA, Renata Couto. Desigualdade, crescimento econômico e armadilhas da pobreza no Brasil: 1996 a 2007. 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp130752.pdf> Acesso em: 27 mar. 2017.

NETTO JUNIOR, José Luis da Silva. Desigualdade regional de renda e migração: Mobilidade Intergeracional Educacional e Intrageracionalidade de renda no Brasil. 2008. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=109742 Acesso em: 20 dez. 2016.

Pastoral do Migrante da Diocese de Araçuaí-MG. Disponível em: <http://spsmaracuai.blogspot.com.br/2011/02/realidade-migratoria-de-aracuai-mg.html> Acesso em: 20 dez. 2016.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986

POCHMANN, Márcio. Estrutura Social no Brasil: mudanças recentes, Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 104, 637-649, out.-dez. 2010a.

POLITICE. Disponível em: <http://www.politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao> Acesso em: 26 dez. 2017.

RAMOS, Carlos Alberto. Políticas de Geração de Emprego e Renda - Justificativas Teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. Universidade de Brasília - Departamento de Economia. Disponível em:

<http://vsites.unb.br/face/eco/cpe/TD/277Fev07CARamos.pdf> Acesso em: 26 mar. 2017.

Redes de Desenvolvimento e Grupo de Oportunidades Locais (GOLDs). Disponível em: <http://www.visaomundial.org.br/gold>. Acesso em: 25 de Novembro de 2017.

RECTOR, R. & LAUDER, W. America's Failed \$5.4 Trillion War on Poverty. The Heritage Foundation, Washington DC, 1995.

RIBEIRO, Eveline Alves. Significados de pobreza, assistência social e cidadania. Fortaleza: Ed. UniCeará, 2007.

ROCHA, S. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. São Paulo: Contemporânea. 2005.

ROUSSEAU, J.J. Emílio, ou Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 1889.

ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. São Paulo: Ed. Abril, 1988.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social - métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. Regional Cleavages and Political Patrimonialism in Brazil. Doctoral Dissertation. University of California, 1973. Disponível em: www.schwartzman.org.br/simon/tese/contents.htm Acesso em 30 ago. 2004.

- SCHWARTZMAN, Simon. 2006. Programas sociais voltados à educação no Brasil em: Rio de Janeiro. In: Sinais Sociais (Publicação do SESC - Serviço Social do Comércio), n.1. p.114-145.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- SILVA, Maria O. S.; YAZBEK, Maria C.; GIOVANNI, Geraldo. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2006.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva. Renda Mínima e reprodução produtiva. São Paulo: Cortez, 1997. (coord.) O Comunidade Solidária: o não-enfretamento da pobreza no Brasil. São Paulo, Editora Cortez, 2001.
- SOARES, F. V. et al. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Brasília: Ipea, 2006 n. 1.228. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 17 de Dez. de 2017.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006. p. 20-45.
- SOUZA, Nara. Beneficiários do Bolsa Família podem ser Microempresários. 2012. Disponível em: <http://www.diariodoscamos.com.br/cidades/beneficiarios-do-bolsa-familia-podem-ser-microempresarios-54160/> Acesso em: 27 mar. 2017.
- SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. 3ª. ed.. São Paulo: Cortez, 2007. 84 p.
- SPRANDEL, M. A. A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004.
- STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.
- TCU. 2009. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053240.PDF> Acesso em: 26 dez. 2017.
- Território da Cidadania Médio Jequitinhonha. Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlm/clubs/territoriosrurais/mediojequitinhonhamg/onecommunity? page _num=0 Acesso em: 20 dez. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI; Renato R.(Org).Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo,IUPERJ,1991.

VÍGOLIO, Tamires Cristina. 2010. A atuação dos profissionais de serviço social em processos de regularização fundiária: a experiência em curso no projeto do maciço do morro da cruz. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial291049.pdf> Acesso em: 27 mar. 2017.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil / Marco Aurélio Weissheimer. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ZAGOTTIS, Alexandre de. A globalização e as estratégias de desenvolvimento do Estado Nação, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/DetaileObraForm.do?select_action=&co_obra=129919 Acesso em: 20 dez. 2016.